



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 091

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 215ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE AGOSTO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Denúncias de que o ex-Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel estaria envolvido em contrabando de pedras preciosas.

DEPUTADO AGNALDO TIMÓTEO — Possível envolvimento do ex-Ministro Ibrahim Abi-Ackel em contrabando de pedras preciosas. Apoio político do Ministro Aureliano Chaves à candidatura Jânio Quadros.

DEPUTADO MENDES BOTELHO — Candidatura Jânio Quadros.

DEPUTADO DEL BOSCO AMARAL — Necessidade de se criar uma CPI para investigar contrabandos envolvendo áreas da mineração.

DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA — Reflexões sobre a Aliança Democrática. Apoio do Ministro Aureliano Chaves à candidatura Jânio Quadros à Prefeitura de São Paulo.

DEPUTADO JOSÉ GENOINO — Envolvimento que estaria havendo do ex-Ministro da Justiça em contrabando de pedras preciosas.

DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Envolvimento de autoridades do ex-Governo em escândalos que menciona. Crise na Fundação das Pioneiras Sociais do Distrito Federal.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Desempenho do PROÁLCOOL.

DEPUTADO ELQUISSON SOARES — Privatização de empresas estatais.

DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON — Comentários sobre o posicionamento político de autoridades que especifica.

DEPUTADO MENDES BOTELHO, como Líder — Emenda de autoria de S. Exª à Mensagem Presidencial que cria a Assembleia Nacional Constituinte.

DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO NETO, como Líder — Análises a discursos pronunciados na presente sessão.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Aprovação, por decurso de prazo, de matérias que menciona.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.3 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Arthur Virgílio Neto e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 216ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE AGOSTO DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO CELSO BARROS — Resposta ao pronunciamento do Deputado Heráclito Fortes, feito na sessão de ontem, no qual fez denúncias contra o Governo do Estado do Piauí e o Tribunal Regional Eleitoral.

DEPUTADO VALMOR GÍAVARINA — Esclarecimentos a propósito do pronunciamento do Deputado Celso Barros, que o antecedeu na tribuna.

DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON — Documento recebido do Ministério da Justiça a respeito das atividades da seita Moon no Brasil.

DEPUTADO CELSO BARROS, como Líder — Resposta ao pronunciamento do Deputado Amaral Netto, feito em recente sessão da Câmara dos Deputados, quando teceu críticas ao Senhor Presidente José Sarney e aos Srs. Ministros Aureliano Chaves, Marco Maciel e Antônio Carlos Magalhães. Sentido do pronunciamento de S. Exª feito no início da presente sessão.

2.3 — ORDEM DO DIA

2.3.1 — Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 55, de 1985, que altera o prazo de vigência da distribuição prevista no art. 26, item I, da Constituição.

2.3.2 — Designação da Comissão Mista. Fixação de calendário para tramitação da matéria.

2.3.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 4 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 217ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE AGOSTO DE 1985

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Discurso do Expediente

DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON — Apelo ao Ministro Francisco Dornelles para que determine a reabertura da Delegacia da Receita Federal em Cantagalo — RJ.

3.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Delegação Legislativa nº 6/79, que propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei dispondo sobre a criação do Ministério da Mulher e da Criança. **Rejeitada**, após usar da palavra o Sr. Valmor Giavarina. Ao Arquivo.

— Proposta de Delegação Legislativa nº 7/79, que propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando o Ministério da Família e do Menor. **Rejeitada**. Ao Arquivo.

— Proposta de Delegação Legislativa nº 8/79, que propõe delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre a criação do Ministério da Família e do Menor. **Rejeitada**. Ao Arquivo.

3.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 10 minutos, com Ordem do Dia que designa.

3.4 — ENCERRAMENTO

4 — ATA DA 218ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE AGOSTO DE 1985

4.1 — ABERTURA

4.1.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

4.1.2 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Valmor Giavarina e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

4.2 — ENCERRAMENTO

5 — ATAS DE COMISSÃO MISTA

EXPEDIENTE **CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Ata da 215ª Sessão Conjunta, em 15 de agosto de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Cesar Cals — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Severo Gomes — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alufio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Raulino Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PFL; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curio — PFL; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Nagib Haickel — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL.

Paraíba

Alufio Campos — PMDB; Edme Tavares — PFL; João Agripino — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguei Araes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Renan Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PDS; Leir Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Virgildáio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Francisco Studart — PFL; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib

— PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PFL; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoio — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Samir Achôa — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; João Divino — PMDB; José Freire — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; José Tavares — PMDB; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Pedro Colin — PFL; Renato Vianna — PMDB; Vilson Kleinubing — PDS.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS; Emílio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zanetti — PMDB; Hugo Marini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nel-

son Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Pedro Germano — PDS; Pratiini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB.

Amapá

Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PFL.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusa o comparecimento de 46 Srs. Senadores e 247 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, neste País, falar em desmandos, em corrupção, em desvios ou utilização da influência já não é mais segredo, já não é mais motivação. Mas ao que assistimos ontem, pela televisão, deve ser motivo de preocupação: o Ministro da Justiça do meu País, do meu querido Brasil — o Ministro da Justiça, que tinha o dever de agir corretamente, de ter uma postura decente, exemplar para todos os brasileiros — está envolvido em contrabando de pedras. Isto envergonha a Nação, isto depõe contra um povo, isto nos coloca de joelhos diante dos países civilizados, das grandes nações que têm vergonha. O povo brasileiro está enxovalhado, porque o Ministro da Justiça do Governo anterior está, perante o mundo — porque não é só perante o Brasil, a denúncia é mundial — envolvido em contrabando! Ora, o que mais podemos esperar desses anos passados? Foi uma lama que atingiu todas as repartições, mas não poderia atingir a Justiça, não poderia atingir o Ministro da Justiça. Isso é demais para o povo brasileiro, é demais para a Nação, é demais para o povo que trabalha e há muito está sacrificado.

Nesta manhã, ressaltamos este fato porque não queremos passar por esta legislatura, não queremos deixar o nosso mandato sem registrar a nossa indignação. Não estamos tristes; estamos indignados. Estamos convencidos de que realmente o Brasil não é um país sério. Um país que tem um contrabandista como Ministro da Justiça não pode ser levado a sério, a menos que o Brasil comece, de agora em diante, a levar esses homens ao seu lugar certo, que é perante a Justiça, uma Justiça séria e correta, para o corretivo que eles merecem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Com a palavra o nobre Deputado Agnaldo Timóteo.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não estamos envergonhados; estamos surpresos, porque não podemos imaginar o que mais será necessário para se esconder o fracasso do atual Governo, da pseudo-Nova República. O fracasso administrativo em todos os níveis é flagrante. Apesar da manipulação de índices para enganar o povo deste País, sabemos — e hoje o General França Domingues, do CNP, no "Bom Dia, Brasil", acabou confirmando isso — que a PETROBRÁS poderá ter um prejuízo de 6 trilhões de cruzeiros até dezembro, porque o reajuste do preço dos derivados de petróleo deveria ter sido de 45%, e foi de 15%.

Mas quero falar, Sr. Presidente, primeiro do problema do Ministro Abi-Ackel. Não tenho procuração para defendê-lo nem irei fazê-lo, mas uma coisa estranhíssima acontece. Como vai hoje ao ar o programa "Globo Repórter", e havia necessidade de fazer a chamada ontem, coloca-se uma matéria, liga-se o ventilador, atira-se coliformes ao ventilador para se sujar a imagem de uma família, sem que nem o Ministro nem ninguém da sua família apareça para se defender, para justificar, para explicar. E lá está o nome do Ministro numa mutreta internacional, sem que saibamos se ela tem uma fundamentação legal, apesar da seriedade com que foi levada a matéria ao ar pela Rede Globo de Televisão, e está hoje estampada em *O Globo*, o maior jornal do País.

Fico imaginando, Sr. Presidente, se teria o Sr. Ministro negado alguma coisa ao complexo das comunicações. Teria o Sr. Ministro tomado alguma medida que fosse de

encontro aos interesses do extraordinário jornalista Roberto Marinho, ou alguém da sua amizade particular?

É muito estranho que no momento em que estamos esperando as decisões salvadoras deste País, impostas pelo Governo de ontem ao Governo de hoje — com José Sarney, com Aureliano Chaves, com Marco Maciel, com Antônio Carlos Magalhães, com Olavo Setúbal, com Ernesto Geisel, com Armando Falcão, enfim, com toda essa gente que era do Governo de ontem e está no Governo de hoje — é profundamente deplorável que tenhamos assistido a uma matéria tão violenta, sem que alguém aparecesse para defender o ex-Ministro Ibrahim Abi-Ackel na televisão.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, mais um fato me deixou estupefocado ontem. Estava eu deitado, em meu repouso, assistindo à minha televisão, cansado após um dia com 14 ou 15 horas de trabalho, quando apareceu o Ministro Aureliano Chaves, que ontem era do Governo e é hoje, dizendo que vai apoiar o candidato Jânio Quadros porque esta foi uma decisão partidária. Mas o Sr. Ministro ou está faltando com a verdade, ou é clínico, ou é covarde, ou é trapaceiro, ou é fisiológico, ou alguma coisa parecida. Por que não tomou ele decisão idêntica no ano passado, quando o PDS tomou uma medida e ele não a obedeceu? Pelo contrário, foi o maior conspirador, foi o desertor, foi o fisiológico, o farsante: trocou o seu apoio a Tancredo Neves por um Ministério no Governo da Nova República. É uma vergonha que um homem que todo o Brasil imagina ser de bem, com suas próprias palavras, comprove que de bem nada tem a não ser sua imagem. É uma brincadeira dizer que o que hoje define o Partido da Frente Liberal é válido, mas ontem não era válido o que decidiu o PDS, quando, ao escolher seu candidato, não o escolheu, apesar de ser ele Vice-Presidente da República — é bom dizer, Vice-Presidente biônico, não Governador biônico e agora como Ministro Biônico. Ele é o maior biônico deste País. São 11 anos de bionidade. Este homem ficou na residência oficial, viajou por todo o Brasil, fazendo campanha política num avião do governo, conspirou dentro do governo, desertou, vendeu-se e se trocou dentro do governo. Agora, diz que obedece às decisões partidárias.

É pena que as nossas palavras não tenham eco lá fora, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, para que a Nação saiba e perceba como foi covardemente manipulada para acreditar que alguns vigaristas fossem pessoas de respeito.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mendes Botelho.

O SR. MENDES BOTELHO (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, venho à tribuna não para defender o Ministro Abi-Ackel, muito menos estarei a serviço do imperialismo norte-americano. O próprio Ministro da Justiça, Fernando Lyra, foi cauteloso, ao afirmar, ainda hoje, que não dispõe de dados para sair com assacadas contra o ex-Ministro Abi-Ackel. Mas o que me preocupa são as assacadas de Ministros e até de democratas de outrora contra o nosso candidato a prefeito de São Paulo, Dr. Jânio da Silva Quadros.

Estou convencido de que o Dr. Jânio Quadros é o homem forte da política brasileira, é o grande líder deste País-continente. Convencido ainda estou de que outras grandes lideranças estão no Partido da Frente Liberal e não no PMDB do ilustre Deputado Cardoso Alves, que, ainda ontem, pedia desta tribuna uma limpeza no Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que, no seu entender, está incrustado de representantes de todas as correntes, desde a esquerda festiva até a direita reacionária.

Bastou que o Sr. Ministro das Minas e Energia, Dr. Aureliano Chaves, um dos homens mais ilustres da política nacional, e que tem o direito, como todo democrata e patriota, de se manifestar quando assim o desejar, de acordo com suas convicções, bastou — repito — que o ilustre ex-Vice-Presidente da República manifestasse a sua preferência pelo candidato Jânio Quadros — diga-se de passagem, uma decisão do seu partido — para que os democratas de outrora comessem a fazer comentários contra decisão desse ilustre homem público.

Vejam bem o que afirma o Relator da Comissão Mista que analisa o projeto de convocação da Constituinte, o tão consagrado Deputado do meu Estado, Flávio Bier-

renbach: "É um desatino. Isso pode acabar, futuramente, com a Aliança Democrática".

Há outra manifestação que me surpreendeu: a do Ministro Waldir Pires. Disse S. Ex^a que apoiar Jânio Quadros significa retrocesso.

Outro que vive a fazer comentários injuriosos contra o ex-Presidente Jânio Quadros é o Sr. Ministro da Justiça, Deputado Fernando Lyra. Esse Ministro vive afirmando que vai trabalhar pelo candidato da coligação feita entre o seu partido e o PSD, no seu Estado.

Vejam bem, Srs. Congressistas, o que está acontecendo em nosso País. Ainda há pouco — e isto não faz três meses — a Aliança Democrática aprovou, nesta Casa, uma emenda à Constituição permitindo as coligações. Justamente baseados nessa decisão é que o Partido da Frente Liberal e o PTB decidiram fazer uma coligação para apoiar o Sr. Jânio Quadros para prefeito de São Paulo, sob a promessa de que o PTB irá apoiar Olavo Setúbal para Governador.

O que me surpreende é o Sr. Ministro Waldir Pires dizer que isso é um retrocesso. Será que S. Ex^a está querendo o retrocesso que cassou e confinou esse grande brasileiro, Jânio Quadros? Será que ele deseja o retrocesso para cassar outros políticos que tanto deram de si pela democracia do nosso País? É o que questionamos.

Não podemos permitir, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que homens que outrora defendiam a democracia sejam hoje contrários à livre manifestação, principalmente de um homem da moral de um Aureliano Chaves, que simplesmente se manifesta favoravelmente à candidatura lançada pelo seu partido.

Quero deixar registrado o meu apoio a esse patriota.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência indaga do orador se deseja continuar a sua oração como Líder, ou se vai usar apenas o período de breves comunicações.

O SR. MENDES BOTELHO — Voltaremos a falar no período destinado às Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Del Bosco Amaral.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, acostumei-me, desde cedo, a não fazer pré-julgamentos. Mas também tenho como teoria política que denúncias sem resposta em vinte e quatro horas — pelo menos resposta preambular — é admissão, em certos aspectos, de culpa.

O ex-Ministro Ibrahim Abi-Ackel foi acusado, ontem, por um advogado americano, de estar ligado a uma quadrilha de contrabandistas de pedras preciosas. Tenho a impressão de que S. Ex^a — que ontem já forneceu uma nota desmentindo o seu envolvimento — não pode ficar simplesmente esperando que isso de esvaia na área da imprensa ou da televisão.

É preciso que este Congresso Nacional — darei a razão a seguir — constituído pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, onde V. Ex^a ocupa, brilhantemente, uma cadeira, procure investigar os casos de contrabando não só na Velha República, mas, possivelmente, até na Nova República. Está aí uma grande oportunidade, porque o atual Ministro da Fazenda, Dr. Francisco Dornelles, era Secretário da Receita Federal no Governo passado. É preciso saber o motivo das pressões que alguns Ministérios — não o da Fazenda, e, sim, o da Justiça — faziam, naquela época, contra os fiscais de tributos federais. Em Santos, quando se fazia a apreensão de mercadorias contrabandeadas por alguém de grande poder econômico, imediatamente tínhamos pressões da Casa Civil da Presidência da República — não no período do Sr. Leão de Abreu, diga-se de passagem, mas no período do Sr. Golbery do Couto e Silva — e, fundamentalmente, do Ministério da Justiça.

É preciso agora irmos a fundo no problema. Não estou dizendo que o Sr. Abi-Ackel é culpado. Mas isto é passível mesmo de constituição de uma CPI, para sabermos se realmente figuras da Velha e da Nova República estiveram, em algum momento, envolvidas com o contrabando.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, sou um homem que acha que o jogo do bicho deve ser legalizado. Mas enquanto for contravenção, para mim deve ser reprimido.

Outro dia, em São Paulo, a Rede Globo apresentou uma discussão entre os dois maiores bicheiros da Capital paulista. O Sr. Ivo Noel foi à Rede Globo para dizer porque estava aumentando o prêmio do jogo do bicho de três por um para quatro por um, enquanto o crime campeia à solta. Acho que é muito mais importante reprimir-se as drogas, o contrabando. Mas, enquanto o jogo do bicho for contravenção, é preciso que essa gente toda não fique impune.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, essa acusação contra o Sr. Ibrahim Abi-Ackel reabre uma velha ferida.

É preciso investigar — e isto não é revanchismo, como diz o homem de colarinho branco da televisão, na figura de João Soares — como foram feitas fortunas neste País.

É preciso saber se homens que dirigiam este País não estiveram envolvidos em favorecimento a contrabandistas, no passado. E, para se indagar sobre o passado, é preciso que se indague também o presente.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, gostaria de fazer uma breve reflexão a respeito do conteúdo e dos objetivos desta frente que constituímos no País, a Aliança Democrática, que teve e tem, ainda, um papel altamente significativo e relevante para o processo político brasileiro.

Quando se faz uma coligação de forças políticas, essa coligação tem que ter bem claros os seus objetivos. Ela precisa declarar, de forma transparente, meridiana e visível, as suas intenções, a sua finalidade. Ou seja, é preciso indagar-se, sempre e permanentemente: coligação para quê? A Aliança Democrática foi uma coligação de forças políticas entre o PMDB e a Frente Liberal, com o objetivo precípuo de derrubar o autoritarismo e iniciar o processo de construção democrática. Temos ainda, nesta coligação, um grande espaço democrático pela frente. Temos que construir uma Nação que está em escombros, temos que convocar a Assembleia Nacional Constituinte, temos que reorganizar a vida institucional e a vida econômica do País para dar-lhe o patamar de desenvolvimento. Portanto, os objetivos da Aliança Democrática ainda persistem, ainda são compreendidos pelo povo e ainda recebem maciçamente o apoio da maioria da Nação brasileira.

No entanto, Sr. Presidente, é preciso também que fique claro que um partido político, quando atua no interior de um conjunto de forças, não pode abrir mão da sua identidade, da sua feição, da sua conduta, da sua linha política e dos seus compromissos. Muito ao contrário, cabe a esse partido político, no interior de uma aliança, agir para que as suas propostas, os seus princípios e os seus compromissos acabem por prevalecer.

Pertencemos ao PMDB e estamos na Aliança Democrática para fazer o País avançar.

É por isso, Sr. Presidente, que precisamos ter claro que nem sempre estaremos unidos, que nem sempre estaremos olhando na mesma direção, que nem sempre estaremos falando a mesma linguagem. Em alguns momentos, dentro da Aliança Democrática, estaremos até mesmo estabelecendo claros confrontos políticos. Nosso papel será o de sustentar e de apoiar todos os avanços, todas as mudanças que façam o País caminhar na direção do progresso. E temos que repudiar, condenar e combater todas as atitudes conservadoras que nos queiram levar à estagnação e que impeçam que o País avance.

Valho-me de um pequeno exemplo, mas de notável importância: o Hospital Sarah Kubitschek, da Fundação Pioneiras Sociais, é dirigido por um cidadão, Dr. Aluizio Campos da Paz, que merece, por parte dos funcionários, severas e contundentes críticas pela sua atitude autoritária e centralista. Não pode a Nova República, e não pode a Aliança Democrática, no seu conjunto, conviver com esse tipo de atitude. É preciso caracterizar as mudanças através de atitudes concretas, e uma delas está a exigir que esse cidadão venha a mudar os seus métodos ou ceda o seu lugar para quem seja capaz de fazê-lo.

Sr. Presidente, para concluir, não podemos concordar com a postura adotada pelo Ministro Aureliano Chaves, no momento em que apóia uma figura que, hoje, já é pré-histórica na vida brasileira, com seu moralismo pequeno, com sua visão miúda e estreita da realidade brasileira,

homem cuja irresponsabilidade política pode ser a véspera de um novo golpe. Não podemos entender e aceitar a atitude do Ministro Aureliano Chaves no apoio que dá ao candidato Jânio Quadros, em São Paulo. Por isso queremos registrar que, no interior de uma aliança de forças políticas, cabe-nos sempre atuar no sentido de fazer o País avançar, progredir, caminhar para a frente. Apoiar o Sr. Jânio Quadros é, decididamente, fazer o País caminhar para trás. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ontem à noite, o País inteiro assistiu a uma denúncia muito séria envolvendo o ex-Ministro da Justiça, Sr. Ibrahim Abi-Ackel. Trata-se de uma denúncia que não envolve qualquer pessoa. Quando a "TV Globo" anunciou a sua manchete, jamais imaginava que estivesse exatamente o Ministro da Justiça envolvido em contrabando.

O Ministro da Justiça é a autoridade máxima sobre a Polícia Federal. Uma das tarefas da Polícia Federal é proibir o contrabando e prender contrabandistas. Entretanto, o Ministro da Justiça está envolvido em caso de contrabando. Além do mais, Sr. Presidente, na própria carta do ex-Ministro da Justiça, afirma S. Ex^a que era realmente advogado da empresa de mineração.

Antes de entrar no mérito das denúncias, é necessário reprovamos tal comportamento, fazendo aprovar aqui uma lei que proíba Ministro de Estado, no exercício de sua função, exercer cargos e atribuições em empresas privadas. O ex-Ministro da Justiça era advogado dessa empresa privada e continuou sendo ao assumir o cargo. Se essa empresa privada está envolvida em caso de contrabando, é evidente que, por omissão ou não, existe uma ponta de envolvimento do ex-Ministro Abi-Ackel, quer queira, quer não. Além disso, Sr. Presidente, tivemos a experiência vivida através de vários contatos com o Sr. Abi-Ackel, seja no seu gabinete, seja por suas declarações públicas seja pelas medidas adotadas por seu Ministério. O autoritarismo do Sr. Ibrahim Abi-Ackel exatamente escondia esse tipo de prática que está sendo denunciada. Sabemos que em torno da questão da mineração, neste País, há um conjunto de interesses poderosos. Por isso, quero manifestar o meu total apoio à proposta levantada aqui pelo nobre Deputado Del Bosco Amaral, de esta Casa constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de investigar a questão do contrabando de pedras preciosas e de ouro — porque não é só de pedras preciosas. Não é o caso de se investigar apenas a questão das pedras preciosas, mas o contrabando, em tudo que envolver mineração. Há que se visitar as regiões dos grandes garimpos, analisar as concessões, as condições de exploração. Hoje, enquanto alguns jornais estampam, em manchete, que o ex-Ministro da Justiça, segundo acusações, estaria envolvido em casos de contrabando, outros publicam em destaque que esta Casa discute como se paga jeton. Não se pode medir esta Casa pela quantidade de jetons que se recebe. Deve-se medi-la pelas atitudes corajosas e pelas iniciativas que deve tomar. Num caso como este, o Congresso Nacional não pode ficar alheio. Imediatamente deve tomar todas as medidas cabíveis, dentre as quais o apoio à constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, independentemente do desfecho dessa denúncia e de fatos até mais graves que possam vir a público.

Além do mais, Sr. Presidente, é triste assistirmos ao noticiário da própria televisão e vermos um advogado americano dar lições de probidade ao ex-Ministro da Justiça, quando diz que, no cargo de Ministro da Justiça e no de advogado de uma empresa, jamais poderia extrapolar de suas funções, enquanto advogado dessa empresa. E, em sabendo da existência de contrabando, como Ministro da Justiça deveria tomar, no mínimo, outro tipo de atitude.

Para concluir, Sr. Presidente, só falta agora as velhas vozes do passado levantarem a bandeira do revanchismo. Sempre que se tenta colocar o dedo em algumas feridas do que representaram esses 20 anos de ditadura militar, aparece a palavra revanchismo, surge a bandeira do revanchismo. Só falta agora o Sr. Abi-Ackel levantar a faixa e fazer passeata dentro do Congresso Nacional dizendo o que é revanchismo. Talvez seja revanchismo des-

te ou daquele grupo, mas o problema é a verdade. E a verdade tem que ser apurada. O Congresso Nacional não pode omitir-se diante de alguma iniciativa, como uma CPI para investigar o contrabando da mineração.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Arthur Virgílio Neto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO (PMDB — AC. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, dizia o estadista inglês Sir Winston Churchill que a democracia seria um regime cheio de defeitos, mas ainda assim o melhor de todos para a convivência social. Hoje, vejo estampado nas páginas dos principais jornais deste País exatamente o retrato do que seria, a meu ver, a beleza da democracia. Duas figuras que usaram e abusaram do poder discricionário e autoritário de que dispunham, o Gen. Newton Cruz e o ex-Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, são hoje personagens da página policial dos jornais; um acusado de assassinato, sendo dos mais envolvidos no famoso e deplorável caso Baumgartner; o outro acusado de contrabandear pedras preciosas do Brasil para os Estados Unidos. Ambos se destacaram e se notabilizaram nesta República um de maneira até mais sincera e grosseira, o Sr. Newton Cruz, e o outro de modo mais hipócrita, mais velada — pelo exercício contínuo da violência contra a Nação, nas emergências ou fora delas. Ambos são hoje apontados à execração pública e ambos terão todo o direito de defesa. Nenhuma condenação precipitada, nenhum ato de força, nenhum ato institucional pesa sobre suas cabeças.

Sr. Presidente, o outro assunto diz respeito ao Hospital Sara Kubitschek.

A Fundação Pioneiras Sociais, em Brasília, vem sendo sacudida por crise de gigantescas proporções. Seus funcionários entram em greve e vão às ruas para denunciar o presidente da entidade, Dr. Aloysio Campos da Paz, acusando-o de "abusiva centralização de poder e autoritarismo".

Além desse motivo, que faria parte da estratégia defensiva dos funcionários, há a parte que visa a corrigir as distorções existentes: propõem mudanças na estrutura administrativa, estabelecimento de um clima democrático no convívio da direção com os subordinados, perspectivas de participação dos trabalhadores no processo de decisão da Fundação.

Existem outras reivindicações, ainda, Sr. Presidente, tais como aquela que visa a estreitar os laços entre o Ministério da Saúde, hoje governado pelo patriotismo e espírito público do Deputado Carlos Sant'Anna, e aquela outra, que exige a readmissão de todos os funcionários demitidos pelo Dr. Campos da Paz ao longo do trajeto das negociações.

O Dr. Paz, aliás, é apontado pelo funcionalismo da Fundação como alguém que dificultaria as negociações; impediria, pela intransigência, as soluções negociadas; inviabilizaria, pela incompetência, o funcionamento do Hospital das Pioneiras Sociais.

A postura do Dr. Paz, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não se revela à altura dos compromissos de redemocratização do partido — com o qual o referido cidadão não tem o menor relacionamento do Governo José Sarney, ao qual ele em nada auxilia, certamente imaginando que nada deve mudar neste País, e da Nova República, que se precisa afirmar por sobre os transfugas, que a ela gostariam de poder aderir, com objetivos escusos e reacionários.

É indignado, portanto, Sr. Presidente, que denuncie à Casa o tratamento injusto que um dirigente arbitrário e ilegítimo vai emprestando a uma questão social relevante e sensível.

Há um outro ponto a ser considerado por igual, dentro do mesmo problema. São os enfermeiros da Fundação que, atraídos ao Hospital Sarah Kubitschek pelo anúncio de curso de especialização a nível de pós-graduação, em lá chegando não encontraram curso algum, pós-graduação alguma e, se encontraram algo, foi certamente o trabalho sem registro, sem garantia, servindo meramente como mão-de-obra barata. O responsável por tal levianidade é, novamente, o Dr. Campos da Paz, que, segundo o advogado das vítimas, Dr. Edison Rodrigues Chaves, viola o preceituado no artigo 171 do Código Penal (pena de um a cinco anos de reclusão, além de

multa), agredindo igualmente disposição da legislação trabalhista brasileira em vigor.

E, para quem não se iniciou em Direito Penal, Sr. Presidente, esclareço que o art. 171 prevê as penas para o chamado estelionato.

Na medida em que me solidarizo com os enfermeiros lesados, Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a mandar incluir nos Anais da Casa a peça que, assinada pelo Dr. Rodrigues-Chaves, reclama ao Dr. Juiz-Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília, Distrito Federal, as prerrogativas subtraídas a quem de direito.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

— (DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO NETO):

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA OAB, DF

Exm^o Sr. Dr. Juiz-Presidente da MM. JCI de Brasília, DF.

**AÇÃO — RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
RTES — ANA LÍDIA PACHECO E OUTROS
RDA. — FUNDAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS**

Os enfermeiros Ana Lídia Pacheco, brasileira, casada, Ana Luiza Silva Cavalcanti, brasileira, solteira, Anamaria Ferreira, brasileira, solteira, Anelore Scherer, brasileira, solteira, Célia Marlene Conrado, brasileira, solteira, Cristina Maria Galvão, brasileira, solteira, Daniela Witter Soares, brasileira, solteira, Edson Gonçalves Silva, brasileiro, solteiro, Esperança Pires Brioso, brasileira, solteira, Erli Helena Isidoro, brasileira, solteira, Isabel Cristina Gregório, brasileira, solteira, Ivana Silveira de Castro, brasileira, solteira, Luana Nascimento Costa, brasileira, solteira, Marcia Regina Freire, brasileira, solteira, Margareth Kali Spahair, brasileira, solteira, Maria Celeste Soares Ribeiro, brasileira, solteira, Maria Margaret Belucci, brasileira, solteira, Marina Resende Azevedo, brasileira, solteira, Martha Timo Fernandes, brasileira, solteira, Nilse Cerutti, brasileira, solteira, Paulina de Souza, brasileira, solteira, Roseli Broghei Gil, brasileira, solteira, Sandra Mari Barchi, brasileira, solteira, Simone Andrade Teixeira, brasileira, solteira, Selma Márcia dos Santos, brasileira, casada, Stela Maris do Carmo Lima, brasileira, solteira, Suzel Regina Ribeiro Chavaglia, brasileira, solteira, e Suzete Rovira Pereira da Silva, brasileira, solteira, todos residentes e domiciliados nesta Capital, vêm, respeitosamente, à presença de V. Ex^a, por seu procurador, que esta subscreve — instrumentos particulares de mandato anexos (DOC. 1 usque 28) —, secretário da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção do Distrito Federal), designado pelo Exm^o Sr. Presidente dessa entidade para assisti-las, ajuizar reclamação trabalhista contra a Fundação das Pioneiras Sociais, com endereço no SMHS, Quadra 501, Brasília, DF, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

1. Os Rtes., iludidos por anúncios feitos em todos os pontos do País, em vistosos cartazes, espalhados pelas Escolas de Enfermagem, dos quais se anexa uma cópia (DOC. 29), vieram para Brasília, depois de rigorosos exames de seleção, em busca de especialização, em nível de pós-graduação, que seria feito no Hospital Sarah Kubitschek, mantido pela Rda.

2. Na verdade, porém, durante o período em que ali têm permanecido, não fazem os Rtes., um curso, nem residência na área de enfermagem, como se verá adiante. São apenas utilizados como mão-de-obra barata, sem registro nas suas CTPS, sendo-lhes negados, ao mesmo tempo, todos os demais direitos trabalhistas.

3. Após 2 (dois) anos de uma suposta "residência" e de um suposto "curso de pós-graduação", os "residentes" são desligados sumariamente do Hospital e recebem, apenas, um "certificado" (DOC. 30), sem qualquer validade, por não ser reconhecido, nem pelo Ministério da Educação, nem pelos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem.

4. Em audiência que lhes foi concedida pelo Exm^o Sr. Secretário-Geral do Ministério da Educação, o Dr. Everardo Maciel, receberam os Rtes., o esclarecimento de que "não existe residência no setor de Enfermagem". O único diploma que prevê esse tipo de treinamento — válido para efeito de curriculum universitário —, na área de Saúde, é a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981. Ela, porém, se aplica somente à residência médica, não podendo

servir de base a contratos na área de Enfermagem. Apesar disso, é essa lei que serve de base aos contratos celebrados com os "residentes" de Enfermagem, dos quais se anexam cópias não autenticadas, pedindo-se que se inteme a Rda. a exibir os originais dos contratos firmados com as Rtes., nos termos dos artigos 355 usque 359, do Código de Processo Civil, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os termos contidos nas cópias apud acta (DOC. 31 usque 56).

Quanto à suposta "pós-graduação", a que se submetem os Rtes., ela também não tem validade, segundo o mesmo Dr. Everardo Maciel. Para que a tivesse, era preciso que a Rda., houvesse celebrado um convênio com uma Universidade — oficial ou particular —, a fim de que esta designasse professores responsáveis pelo acompanhamento de um programa previamente aprovado pela instituição de ensino. Como exigência adicional, deveriam esses professores possuir, no mínimo o grau de Mestre ou, preferencialmente, de Doutor.

5. A Rda. não tem, porém, qualquer interesse na regularização da suposta "residência e pós-graduação", preferindo manter incautos na condição de subempregados.

Em 1983, a Coordenação do Curso de Enfermagem do Departamento de Medicina Geral e Enfermagem, da Faculdade de Ciências da Saúde, da Universidade de Brasília, procurou a Rda., para tentar examinar os programas da suposta "residência" e estudar a possibilidade de celebração de um convênio capaz de oficializá-la, em nível de pós-graduação. Os dirigentes da Rda. e do Hospital Sarah Kubitschek, a esta subordinado, negaram-lhe, aos Professores da UnB, até mesmo o acesso aos documentos relacionados com a falsa "residência".

6. Para melhor esclarecimento das questões em exame, requerem-se, desde já, os depoimentos do referido Secretário-Geral do Ministério da Educação, o Exm^o Sr. Dr. Everardo Maciel, e de Professores da Universidade de Brasília, que terão seus nomes oportunamente arrolados.

7. O comportamento da Rda., além de constituir crime previsto pelo art. 171 do Código Penal — para cuja prática é cominada pena de reclusão, de um a cinco anos, além de multa — pelo qual será oportunamente apresentada queixa contra o seu responsável, acarreta aos Rtes. profundas lesões aos seus direitos trabalhistas, que devem ser reparadas pelo Poder Judiciário. Embora enfermeiros diplomados e exercendo funções idênticas às dos demais profissionais da área que trabalham para a Rda., recebem, apenas, em remuneração ao seu trabalho, parcelas ínfimas, se comparadas com os salários desses outros. Não são registrados como empregados e, ao serem de fato demitidos sem justa causa, ao término da "residência", não lhes são pagos quaisquer dos direitos rescisórios.

Assim, diante do exposto, requerem, de V. Ex^a, ex vi legis:

I — a intimação da Rda. para que compareça à audiência de conciliação, instrução e julgamento — sob pena de revelia —, a ser designada, conteste, querendo; o feito e o acompanhe até decisão final;

II — a intimação da Rda. a apresentar os originais dos contratos celebrados com os Rtes., sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados com base nas cópias não autenticadas apud acta; a exibir, também, os controles de frequências dos Rdos;

III — a condenação da Rda. a registrar, em suas respectivas CTPS, a condição dos Rtes. como servidores do Hospital Sarah Kubitschek, a partir da data em que iniciaram sua suposta "residência";

IV — a condenação da Rda. ao pagamento de diferenças de salários existentes entre aqueles pagos a todos os Enfermeiros regularmente contratados por ela, e as supostas "bolsas" dos Rtes., cujo quantum será apurado em liquidação de sentença; para que essas diferenças possam ser calculadas, deve a Rda. ser intimada a apresentar uma Relação de bolsas (supostas bolsas) pagas aos Rtes. e a graduação salarial (se houver) dos Enfermeiros contratados; ou, na hipótese de não existir essa graduação, documentar quanto percebe um Enfermeiro, ao ser por ela regularmente contratado;

V — a condenação da Rda. ao pagamento de verbas rescisórias e da indenização prevista no art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho, por ocasião do desligamento dos Rtes., por não terem tido estes a oportunidade de optar pelo sistema do FGTS;

V1 — a aplicação de juros de mora e correção monetária a todas as parcelas vencidas e vincendas, a cujo pagamento for condenada a Rda., com a condenação destas demais cominações legais.

Protesta provar o alegado por todos os meios em Direito admitidos, especialmente pelo depoimento pessoal da Rda., por intermédio de seu Presidente ou de preposto por ele designado — sob pena de confissão quanto à matéria de fato — inquirição de testemunhas, perícias e juntada de documentos, dando à presente o valor de quarenta e oito milhões de cruzeiros (Cr\$ 48.000.000).

Termos em que,
E. Deferimento.
Brasília, 7 de agosto de 1985. — **Edison Rodrigues-Chaves**, OAB/SP 34245 — OAB/DF 646/A.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a produção de álcool brasileira, no decênio 1975 a 1984, elevou-se a quarenta bilhões de litros, significando sete e meio bilhões de dólares economizados na importação de combustíveis. Somente em 1984 essa produção atingiu a cifra de nove bilhões e duzentos milhões de litros, equivalentes a quarenta e nove milhões de barris de gasolina e representando uma economia de divisas da ordem de dois bilhões de dólares, que correspondem à sexta parte dos juros anuais da nossa dívida externa.

Avulta a importância do PROÁLCOOL quando se tem em conta a tradução desses números em absorção de mão-de-obra, contribuição fiscal, aperfeiçoamento da tecnologia alcooleira, ampliação das fronteiras agrícolas para o plantio de cana e contribuição para as exportações.

Para a safra 1984/85, aguarda-se uma produção superior a nove milhões e trezentos metros cúbicos, dos quais a Região Norte-Nordeste entra com um milhão e setecentos e vinte e oito metros cúbicos, verificando-se o desempenho muito maior da Região Centro-Sul.

A produção de álcool anidro será de 19%, aparecendo 81% do tipo hidratado, 60% produzidos pelas destilarias anexas e 40% pelas autônomas, que têm um peso relativo maior no Norte-Nordeste.

Mais de sete bilhões e oitocentos milhões de litros se destinam a fins carburantes, sendo que, para outras destinações, o Norte-Nordeste contribui com um terço e o Centro-Sul, com dois terços.

Nesse contexto, São Paulo produzirá mais de cinco bilhões e setecentos mil litros, ou seja, mais de sessenta e um por cento do desempenho nacional, mais de setenta e cinco por cento do total da produção da região Centro-Sul. Depois de São Paulo, os maiores produtores são Alagoas, Paraná, Pernambuco, Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro.

O crescimento da produção nacional, no último decênio foi vertiginoso, partindo de quinhentos e oitenta milhões de litros, em 1975, para mais de nove bilhões, no ano passado, verificando-se uma taxa média de crescimento da ordem de trinta e seis por cento.

A produção de álcool do decênio equivaleu a mais de vinte bilhões de litros de gasolina, que custariam mais de sete bilhões e setecentos milhões de dólares, tendo sido investido menos de cinco bilhões de dólares no PROÁLCOOL, com desembolso em cruzeiros, além de cerca de duzentos e cinquenta milhões de dólares com recursos externos. Esse dinheiro se traduz em investimento, patrimônio, assistência social, geração de empregos, produção de impostos, mais dinheiro circulando no comércio e nas indústrias locais.

Ao resumir esses dados, queremos congratular-nos com o PROÁLCOOL pelo seu excelente desempenho, da maior importância para a autonomia energética do País.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Elquisson Soares.

O SR. ELQUISSON SOARES (PDT — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, volto ao assunto que me parece o mais importante para todo o povo brasileiro neste momento: a tentativa que alguns Ministros do Governo vêm fazendo no sentido de privatizar empresas estatais. O PMDB, que como ontem

já me referi, foi o carro-chefe de toda a campanha da Aliança Democrática, possui um núcleo de Parlamentares comprometidos com as causas populares. Espero encontrar esses companheiros todos aqui, no plenário, diariamente, condenando as investidas de certos Ministros contra as empresas estatais.

Afinal de contas, Sr. Presidente, o capital estrangeiro, que já domina grande parte da nossa economia, pretende ocupar toda a economia brasileira. E não podemos assistir a isso como brasileiros, que a Companhia Siderúrgica Nacional, a PETROBRÁS, o Banco do Brasil, a Vale do Rio Doce, empresas tão importantes, sejam entregues ao capital estrangeiro, quando elas são vitais para o nosso desenvolvimento.

O Ministro Roberto Gusmão se vem revelando desastroso para os interesses nacionais. É ele o grande anunciador, a grande estrela, como a imprensa vem registrando, nessa campanha pela privatização das empresas. E é bom analisarmos quem é, afinal de contas, o Sr. Roberto Gusmão. Será que o Sr. Roberto Gusmão tem uma vida pública? Foi Vereador ou Deputado em algum lugar? Foi Deputado, foi Prefeito em algum lugar? Já foi Secretário do Governador do Estado, de ofício, Secretário do Governo do Sr. Franco Montoro, indicado exatamente pelo capital, pelas grandes empresas, algumas delas existentes em São Paulo, estrangeiras. É, portanto, um entrave e um testa-de-ferro dentro do Governo, e precisamos evitar que a ação danosa do Ministro Roberto Gusmão afete a economia brasileira.

Sr. Presidente, esse assunto é muito grave. O Presidente José Sarney, que desde os primeiros passos na vida pública, como integrante da bossa-nova da UDN — portanto, exatamente um grupo da UDN que era nacionalista, que ajudou a criar a PETROBRÁS — haverá de fazer uma reforma em seu Ministério. Afinal de contas, esse Ministério não foi constituído por ele. Não é dele, não é do ex-Presidente Tancredo Neves porque Tancredo Neves morreu. Esse Ministério, quero repetir, é das multinacionais. Sobre tudo os Srs. Francisco Dornelles e Roberto Gusmão, esses homens precisam ceder espaço para que o Brasil caminhe com suas pernas, não precisando mais atrelar-se a interesses estrangeiros.

O Sr. Roberto Gusmão, por exemplo, quando prega a extinção do IAA para proteger os usineiros de São Paulo, não leva em consideração que ele pode liquidar com o Nordeste, com as atividades econômicas fundamentais do Nordeste. Quando prega a extinção do IBC, Sr. Presidente, ele está a favor das grandes empresas multinacionais exportadoras de café. Esse é um produto ainda de peso na nossa pauta, porque o Governo tem 54 dólares em cada saca de café exportada. Por que o Governo abrir mão disso? Se o IBC está fazendo lá fora farras, que o Governo promova, afinal de contas, uma limpeza nesses órgãos. Nós estamos cobrando isso desde o primeiro instante. Existem ainda, em todos os órgãos públicos, em todos os Ministérios, pessoas que precisam sair, porque comprometidas com o regime anterior. Temos mais de 50 mil empregos, por exemplo, ocupados por militares de reserva que já ganham como militares de reserva. Temos um contingente enorme de pessoas desempregadas.

Sr. Presidente, medidas de urgência precisam ser encaminhadas pelo Presidente José Sarney. Queremos ajudar na consolidação do seu Governo e consolidar o poder civil, mas queremos, sobretudo, que este Governo defenda os interesses nacionais. O comportamento de certos Ministros, como Dornelles e Roberto Gusmão, se choca com a postura do Presidente da República lá no Uruguai. S. Ex.ª faz uma afirmação de soberania, defende intransigentemente a nossa soberania e os interesses brasileiros. Diz que vai endurecer com o FMI. E essas pessoas ficam. Sr. Presidente, querendo entregar a nossa economia ao capital estrangeiro e, para tanto, tentam amedrontar o Congresso.

Essa campanha que está sendo feita contra o Congresso, no fundo, visa a tão-somente amedrontar os parlamentares para, em seguida, serem coagidos também com os projetos, aqui, de desestatização da nossa economia. Há figuras do Governo, como o Sr. José Luiz Miranda, Vice-Presidente do Banco do Brasil para a Área Externa — portanto, ligado ao Banco Mundial ao capital estrangeiro — que chega agora, em assembléia, Sr. Presidente, pregando a privatização do Banco do Brasil. Que escândalo!

O Presidente José Sarney não pode admitir isso. Nós, parlamentares, não podemos admitir isso. Este Congresso há de se levantar, ainda que não na sua maioria — eu não desejo isso, porque sei que há muita gente comprometida, aqui, inclusive com o regime anterior —, mas aqueles que foram às ruas, que mobilizaram contingentes enormes, milhões de pessoas, pelas diretas, pela defesa da economia brasileira, pela soberania etc., esses não de se levantar, para que possamos garantir não apenas a nossa soberania, mas sobretudo, também a nossa economia, porque é com ela que vamos fazer o desenvolvimento da nossa gente e o nosso povo mais feliz, melhorando sua qualidade de vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, busquemos, através de uma imagem, definir esse clima que vivemos hoje aqui, na Nova República. Sinceramente, a imagem que mais se aproxima da realidade que o País vive agora na Nova República é de um salão de cabeleireiro. É verdade. São vaidades, poses, ambições desmedidas, requintes nas ambições, gente maquiada, disfarçada, fantasiada e enfeitada. Chego a ter pena, sinceramente, e preocupo-me com o Presidente José Sarney. S. Ex.ª preside, hoje, um salão de cabeleireiro.

O Presidente do PMDB, da Câmara dos Deputados e Vice-Presidente da República anuncia, numa reunião que faz quando o Presidente José Sarney está no Uruguai, que vai romper com o que chamam de Aliança Democrática para, em cada Capital do País, subir nos palanques ao lado do seu candidato a prefeito, numa inegável campanha sua para a Presidência da República. Se este Governo que temos é constituído de uma aliança, no momento em que se coloca à disposição da causa partidária, ele mesmo nega a existência da Aliança Democrática, ele mesmo tira a maquiagem, o rouge, o batom e a base, e anuncia publicamente a sua candidatura à Presidência da República. Assim também é o Ministro Aureliano Chaves — por quem temos o maior respeito e consideração — já querendo visitar todos os palanques, numa posição insofismável de seu lançamento para a candidatura à Presidência da República. O Governador Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, também, dentro desse espírito, desse salão de cabeleireiros, dessa disputa de vaidades e disfarces, quer usar a campanha de Prefeito da Capital, também numa sustentação de sua imagem para a Presidência da República.

O que achamos curioso nisso tudo é que o PTB, o nosso partido, não tem nenhum candidato à Presidência da República. Temos um forte candidato à vitória na eleição de Prefeito na Capital de São Paulo, que é o Sr. Jânio Quadros. E o Ministro da Justiça, Fernando "de" Lyra, faz questão de esquecer-se todos os dias do compromisso que tem com os partidos que o levaram ao Ministério — e o PTB foi um deles — através da eleição do Dr. Tancredo Neves, de assumir uma posição do único Ministro que seja aquele inspirado pela causa democrática, o tutor da verdade no País: S. Ex.ª acusa constantemente o candidato a Prefeito da Capital de São Paulo, do PTB, o Sr. Jânio Quadros, de ser um retrocesso, de ele não ser mais rua de contramão, mas beco sem saída. Por que o Ministro Fernando "de" Lyra diz isso? Temos que entender o motivo do Ministro numa hora em que rompe com a Aliança Democrática, com as bases que o apoiaram e critica o Sr. Aureliano Chaves, que apóia o PTB, esquecendo-se de que ele, Ministro Fernando "de" Lyra, não vota no candidato dele no PMDB, e, sim, no do Partido Socialista Brasileiro, lá em Pernambuco.

É importante que o Presidente José Sarney dê uma armadura, para valer, nesse Ministério, que S. Ex.ª olhe aqueles homens que realmente estão trabalhando para manter as estabilidade do seu Governo, até que a Constituinte defina a data das eleições diretas para Presidente da República. E o Sr. Fernando "de" Lyra, travestido de neodemocrata, rasgando o compromisso assumido em praça pública, nas eleições para Presidência da República, por via direta, em vinte e cinco de abril, que foi a Dante de Oliveira, já prega cinicamente, maquiado, disfarçado, vaidoso, de rouge, batom e base, que esse mandato do Presidente da República deve perdurar pelo menos mais cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Mesa informa que o tempo de V. Ex.^a está esgotado.

O SR. ROBERTO JEFFERSON — O PTB repele as agressões que seu candidato a Prefeito de São Paulo vem sofrendo e que partem de democratas travestidos em confiáveis, que ocupam, infelizmente, as vitrinas, as cadeiras deste salão de vaidades e de cabeleireiros de que está constituída, infelizmente para o Presidente José Sarney, a Nova República.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mendes Botelho, como Líder do PTB.

O SR. MENDES BOTELHO (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, jamais fui homem de críticas fáceis, como jamais serei homem de elogios gratuitos. Todavia, devo, desta tribuna, fazer uma afirmação que a muitos pode até parecer pesada. Entretanto, devo fazê-la, a bem da verdade: a Nova República está querendo impor o tacho no nosso País. Ela não está respeitando as legítimas aspirações do povo. A Nova República sequer apóia o direito à livre iniciativa e à manifestação de opiniões. A Nova República está praticando um ato que contraria a vontade da Nação brasileira. Refiro-me à mensagem que o Presidente José Sarney enviou ao Congresso Nacional, na semana passada, a título de que estávamos convocando uma Assembleia Nacional Constituinte.

Não sou advogado, não sou jurista, sou modesto representante dos trabalhadores ferroviários do Estado de São Paulo. Mas não posso, de forma alguma, levar para os meus liderados esse engodo da Nova República. O que pretende o Governo da Aliança Democrática não é convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, como desejava o povo brasileiro, como defenderam, tantas e tantas vezes, desta tribuna, os pseudodemocratas de outrora e que hoje aceitam tudo isso.

Na realidade, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o que deseja a Nação, o que desejam as lideranças sindicais, o que deseja o povo brasileiro é uma Constituinte composta pelos diversos segmentos da sociedade. Não desejamos simplesmente a outorga de poderes ao futuro Congresso, a ser eleito em 1986, para elaborar e promulgar uma Constituição aceitando inclusive o terço de Senadores eleitos em 1982, quando ainda imperava o arbítrio e a prepotência, sob leis de execução feitas à última hora, que propiciavam melhores condições para suas eleições. Lamento que, na condição de representante dos ferroviários de São Paulo, ao tentarmos fazer uma emenda a esta proposta da Aliança Democrática, lamentavelmente, tenhamos encontrado dificuldades para colher assinaturas dos membros do Congresso Nacional, principalmente quando nos dirigimos aos integrantes da Aliança Democrática.

Que democracia é esta, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que não nos dá o direito de discutir nossa proposta, que, se não é a melhor, pelo menos irá nos dar oportunidade de dialogar, de levar a toda a Nação brasileira as nossas idéias?

Mas não é apenas este modesto líder trabalhista que está preocupado com esse engodo de uma nova Assembleia Constituinte que, na realidade, não é aquela que esperava o povo brasileiro. O líder trabalhista do Partido dos Trabalhadores, Lula, e o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil reclamam contra ela, e até uma carta aberta ao povo brasileiro foi escrita denunciando esse fato.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a emenda que apresentamos, quero que fique registrada nos Anais desta Casa, para que amanhã os ferroviários que represento e os trabalhadores do ABC, região onde moureja grande parte da classe trabalhadora brasileira, não venham a pensar que passamos como omissos por esta Casa. Nossa proposta, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é uma emenda substitutiva, e está assim redigida:

“EMENDA Nº

(SUBSTITUTIVO)

Substitua-se a Proposta pela seguinte:

“Art. 1º Fica convocada a Assembleia Nacional Constituinte, cujos membros serão eleitos em 15

de novembro de 1986, com poderes especiais, conferidos pelo eleitorado, para a livre e soberana elaboração de uma nova Constituição.

Art. 2º A Assembleia Nacional Constituinte reunir-se-á, no dia 31 de janeiro de 1987, na sede do Congresso Nacional, em sessão de instalação, sob a direção do Presidente do Supremo Tribunal Federal, para eleição de seu Presidente.

Art. 3º Além da elaboração do seu Regimento Interno e da Constituição, a Assembleia Nacional Constituinte desempenhará as atribuições do Poder Legislativo constantes do texto constitucional vigente.

Art. 4º Os Senadores eleitos em 1982 terão o seu mandato suspenso durante os trabalhos de elaboração da nova Constituição, mas poderão participar da função legislativa ordinária a ser exercida pela Assembleia Nacional Constituinte.

Art. 5º Promulgada a Constituição, a Assembleia Nacional Constituinte continuará exercendo a função legislativa ordinária até a posse do novo Congresso Nacional.

Art. 6º O novo Congresso Nacional será eleito 90 (noventa) dias após a promulgação da nova Constituição, e de acordo com esta tomará posse.”

Justificação

Como toda nação, o Brasil nasceu falando em Constituinte. Mesmo antes de declarada oficialmente nossa emancipação política, D. Pedro I já anunciava a convocação de uma Assembleia Constituinte. Instalada em maio de 1823, a Assembleia, contudo, acabou dissolvida poucos meses depois pelas tropas do Imperador, antes de concluir seus trabalhos, ganhando o País uma Constituição outorgada.

De lá para cá, não foram poucas as tentativas de se promover o nosso ordenamento jurídico, mas não se pode dizer que tenhamos alcançado a contento esse objetivo. Das sete constituições que tivemos, somente três resultaram de assembleias constituintes. E mesmo estas pode-se dizer que não atingiram a legitimidade necessária à elaboração e implantação de uma Constituinte autêntica e verdadeiramente democrática, produto da vontade geral e soberana da nação. Até a Constituição de 1946, que todos reconhecemos como a mais perfeita e avançada de todas, não teria ficado imune a vícios de origem, como, por exemplo, a falta de um prévio e amplo debate sobre o assunto.

A elaboração das nossas Constituições sempre esteve acompanhada, ora pela excessiva interferência das forças dominantes, ora pela improvisação. O resultado disso seria a sucessão de crises políticas e institucionais que têm marcado nossa História.

Especialmente da última década para cá, o interesse pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte generalizou-se por todo o País, contagiando toda a Nação. Politicamente mais consciente e amadurecida, a sociedade conclui que a ordem implantada em 69, por um regime de força, não atende definitivamente suas aspirações, passando a exigir mudanças profundas e substantivas. O ponto mais alto desse veredicto materializou-se na memorável campanha pelas diretas-já e no apoio maciço aos compromissos de mudanças da Aliança Democrática.

A consumação dessas mudanças impõe, como passo inicial, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Mas uma Assembleia Constituinte digna desse nome, sem engodos ou jogo de aparência. A presente emenda busca ferir mais de perto esse objetivo, corrigindo falhas da proposta oficial.

O primeiro item da nossa proposição confere à Assembleia Constituinte as atribuições do Legislativo ordinário, mas em caráter apenas temporário, isto é, somente pelo espaço de tempo necessário à elaboração e promulgação de nova Constituição e à eleição e posse de um novo Congresso ordinário. O propósito é conciliar o interesse nacional de uma Constituinte livre e soberana com a exigência de funcionamento normal das instituições, pois não se conceberia a inexistência do Legislativo ordinário durante os trabalhos da Assembleia. Após esse tempo, a Constituinte daria por cumprida sua missão.

Entendemos ser esse o melhor caminho para atingirmos nosso objetivo maior de uma Constituinte livre e soberana. “Uma Constituinte legítima”, como acentua o Professor Paulo Bonavides, “totaliza o poder político da coletividade nacional numa ocasião histórica em que se faz mister definir os fundamentos institucionais da organização jurídica de um povo”. É o mesmo professor quem adverte: “Deve convocar-se a Constituinte como órgão de soberania, e não como órgão de representação”. Pela nossa emenda, a Constituinte é que funcionará temporariamente como Congresso ordinário, e não o contrário como preconiza a mensagem governamental.

O argumento de que a convocação de uma Constituinte com essa finalidade específica não se justificaria no caso presente por não ter havido ruptura da ordem vigente, é falho. É certo que não houve agora uma ruptura violenta, mas todos sabemos e concordamos que há um flagrante descompasso entre as nossas estruturas políticas e as aspirações da sociedade. É como pontifica o professor Dalmo de Abreu Dallari, da Universidade de São Paulo, “quando se reconhece que a Constituinte vigente não corresponde às exigências da realidade social, isso pode significar que a Constituição foi mal feita ou mal emendada, ou então que houve profundas mudanças na realidade, podendo mesmo ter ocorrido uma revolução sem armas”. Ainda segundo ele; “não é preciso que se declare solenemente que houve uma revolução para se fazer uma Constituição”. No caso brasileiro, tanto a Constituição atual foi mal feita, mal emendada, como houve profundas mudanças da nossa realidade, à qual ela não corresponde mais. A convocação de uma Constituinte na forma aqui preconizada justifica-se ainda se levarmos em conta que o movimento militar de 64, que rompeu a normalidade constitucional implantada pela Constituição de 46, jamais convocou a Constituinte. O texto em vigor, oriundo de 69, foi produto de uma Junta Militar e de um Congresso manietado e mutilado por essa Junta através de cassações sumárias de mandatos.

Outro aspecto da nossa emenda é que ela solucionaria o caso dos senadores eleitos em 1982 e com mandato até 1991. A mensagem oficial não cogita do assunto, tendo sido divulgado pela imprensa que a questão ficaria para ser resolvida. Transferi-lo à assembleia será apenas adiá-lo, podendo esse adiamento gerar consequências piores do que se fosse resolvido agora, com prejuízos imprevisíveis ao próprio funcionamento da Constituinte.

É nacionalmente aceito que esses senadores só poderão participar da Assembleia Constituinte se se submeterem ao voto popular especialmente para esse fim. Em 82 eles não receberam essa delegação. Além do mais, há que se lembrar que foram eleitos com base no sistema anterior, viciado por casuísmos, como o pacote de abril de 77, o voto vinculado, a proibição de coligações, sem se falar na famigerada Lei Falcão, que impedia o debate aberto e a ampla divulgação de idéias. Mas mesmo que a Assembleia Constituinte indefira, no seu regimento interno, a participação deles em seus trabalhos, não se justifica o adiamento do problema. Até porque a sociedade, ao escolher seus representantes na Constituinte precisa estar previamente assegurada de que não terá surpresas futuras, como a presença, nessa Assembleia, de membros a quem não delegou esse poder.

A possibilidade de uma constituinte livre e soberana já chega para nós com certo atraso. É tempo de riscarmos o caráter provisório que na prática acompanhou a elaboração das nossas Constituições. É hora de nos concentrarmos na edificação de instituições estáveis, evitando que por pressões de uns ou conveniências de outros continuemos a produzir Constituições incompatíveis com a nossa realidade e com as supremas aspirações da nação. A Constituinte deverá representar, acima de tudo, a seleção de idéias e princípios, que são, por excelência, o instrumento hábil de união e transformação social, em benefício de todos.

A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte nos termos aqui propostos servirá ain-

da para impedir que a Assembléia acabe legislando em causa própria ou que os candidatos a ela, no afã de se elegerem, conduzam suas campanhas pelo lado das promessas fáceis, nem sempre compatíveis com o verdadeiro sentido da Constituinte. Da mesma forma, evitará o risco da participação dos senadores eleitos em 82 na Assembléia, mas sem lhes suprimir o mandato como legisladores ordinários.

De acordo com esta Emenda, o novo Congresso Nacional será eleito 90 (noventa) dias após a promulgação da Nova Constituição.

Sala das Sessões, de 1985. —
Deputado Mendes Botelho."

SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Tem a palavra o nobre Deputado Arthur Virgílio Neto

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, várias contribuições foram oferecidas ao Governo Sarney na manhã de hoje e várias críticas lhe foram feitas. Devo dizer a V. Ex^a que a Liderança do PMDB e o Governo José Sarney recebem ambos as contribuições, com muito apreço, com muita humildade, para que sejam examinadas, trabalhadas, processadas, e, no possível e necessário, para que sejam atualizadas ao longo de um Governo que tem um compromisso democrático: o compromisso de auscultar o sentimento nacional e buscar a média mais positiva desse pensamento nacional, para, a partir daí, prosseguir no seu trabalho incansável, inarredável, irredutível pelo estabelecimento efetivo de uma nova ordem política e econômica neste País.

Acusações foram igualmente feitas hoje neste plenário. Mas, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, no momento em que passo a analisar algumas dessas acusações, queria também, no mesmo passo e no mesmo pé, responder a algumas das críticas. Começaria pela colocação aqui feita pelo Deputado do Partido Democrático Trabalhista, meu ilustre companheiro e amigo, Deputado Elquisson Soares, que, no bojo do seu brilhante pronunciamento, reconheceu a preocupação do Presidente Sarney com o princípio democrático, com o princípio da determinação dos destinos brasileiros a partir de decisões tomadas no Brasil. O Deputado Elquisson Soares, que revela a cada momento maior apreço e consideração pela posição do Presidente Sarney — e com toda a certeza o Presidente Sarney lhe é agradecido por isso — fez uma colocação a respeito das empresas estatais.

Gostaria de, em rápidas pinceladas, analisar para o Plenário e para V. Ex^a, Sr. Presidente, alguns pontos referentes à posição do Deputado Elquisson Soares. Concorde com S. Ex^a em gênero, número e grau quanto ao fato de que há patrimônios do povo brasileiro sob a forma de empresa estatal. Não se pode, sob nenhuma hipótese, — esta é a posição da Liderança do PMDB e, tenho certeza, da maioria enigmática da minha bancada, e, sem nenhuma dúvida, a posição majoritária do conjunto da Aliança Democrática, e, indubitavelmente, a posição que esmagadoramente perpassa o sentimento do povo brasileiro — sob nenhum pretexto, levantar-se uma discussão que redunda na privatização da PETROBRÁS, na privatização da Companhia Vale do Rio Doce, da ELETROBRÁS, empresas essas, — para citar apenas três, — que são exemplos do patrimônio acumulado pelo povo brasileiro nesse terreno a que me refiro. Essas empresas significam marcos de uma luta, significam etapas vitoriosas, vencidas, Sr. presidente, pelo e para o povo brasileiro.

Apenas um reparo faria à posição do Deputado pela Bahia no que toca à posição do Ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão. S. Ex^a o Ministro — e isto está bastante claro para a Liderança do Partido — está distinguindo com muita certeza o que significaria a privatização de empresas ineficientes e o que significaria a privatização de empresas que foram vitoriosas e são prósperas, como é o caso da PETROBRÁS, que seriam intocáveis. E mais ainda, S. Ex^a, o Sr. Ministro Roberto Gusmão, está, a partir deste momento, e até o fim do debate que propôs à Nação, aberto a toda e qualquer sugestão, a todo e qualquer debate, a todo e qualquer contato com quem bem queira apresentar-lhe, as suas ponderações concernentes ao anúncio feito de que seria proposta a privatização do Instituto do Açúcar e do Alcool e do Instituto Brasileiro do Café.

De minha parte, tenho certeza de que há empresas estatais ineficientes, não-estratégicas, pouco importantes e que precisam e devem ser privatizadas.

Tenho a certeza também de que esse haverá de ser igualmente o pensamento do S. Ex^a, o Sr. Roberto Gusmão. Gostaria que a análise de cada caso fosse feita de maneira a mais criteriosa possível, para que só se arrolassem nessa pretensão aquelas empresas que, de fato, não signifiquem uma conquista do povo brasileiro através das suas lutas mais nobres e sublimes. A ELETROBRÁS, para repetir um outro exemplo não menos brilhante é fruto de etapas que foram vitoriosamente postas e arroladas pelo povo brasileiro no seu caudal em direção ao desenvolvimento, em direção ao progresso.

O Ministro Francisco Dornelles fez uma declaração mais ampla, segundo noticiaram os jornais, de que estaria disposto a propor privatização maior em nossa economia. Isso — se essa é a opinião pessoal do Ministro — tenho a impressão, nem de longe significaria uma tese do Governo, porque o Presidente José Sarney é que haverá de dar a solução final, com a sua autoridade e com o seu espírito público, a cada problema que lhe for apresentado. O Presidente José Sarney vem assumindo, no Brasil e fora das nossas fronteiras, compromissos de seriedade e sempre marcados pela devoção ao que seria a tarefa de redenção desta Pátria. O Sr. Presidente José Sarney faria tudo, sempre que fosse para aumentar a eficiência da economia brasileira, para trazer a prosperidade e a distribuição de riqueza neste País, e nunca nada que significasse o fim dessas conquistas do povo brasileiro, a exemplo da PETROBRÁS, da Vale do Rio Doce e da ELETROBRÁS.

Portanto, vejo que o debate está aí posto. Cada um deve manifestar livremente as suas opiniões, mas principalmente levando em conta a certeza de que o compromisso do PMDB em defesa das boas, fundamentais e estratégicas empresas estatais brasileiras é inarredável e irredutível. Temos, como parte maior da nossa própria essência, enquanto partido e como representantes majoritários de uma Nação que confia, sobretudo, em nós, a certeza de que, nem de leve, passará pelo Governo Sarney, pelo Governo da Nova República, pelo projeto da transição democrática, a idéia de algo que arranhe os direitos fundamentais do povo brasileiro. Tenho, antes de reportar-me ao discurso do nobre Líder do PTB, Deputado Mendes Botelho...

O Sr. Mendes Botelho — Do PTB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Do PTB. V. Ex^a ouviu alguma coisa diferente? Hoje, V. Ex^a tem todo o direito de passar de um partido para outro, se quiser. A legislação é bastante democrática. Mas não pretendi transferi-lo de partido de maneira forçada, porque o meu compromisso é democrático, até mesmo no que toca à filiação partidária de cada cidadão brasileiro.

O Sr. Mendes Botelho — Quero dizer, com todo o respeito que tenho aos meus companheiros do PDT, que muito me orgulha estar ao lado de Jânio Quadros no Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Deputado Mendes Botelho, V. Ex^a sabe que, democrata como sou, não poderia lhe responder de outra maneira. E respondo dizendo que gosto não se discute. Mas devo, antes de responder, em rápidas pinceladas, ao discurso do nobre Líder do PTB, Partido Trabalhista Brasileiro — para que não haja dúvidas quanto à pronúncia ou à dicção — no que teria sido a manhã de hoje, quando houve aqui a afirmação de Deputados do meu próprio partido, mantendo a coerência de se colocarem a favor dos grevistas da Fundação das Pioneiras Sociais, onde distorções das mais graves estariam ocorrendo, a partir da direção. A Liderança do partido está exatamente com o exame dessas denúncias, dessas distorções, desses casos na sua mesa, para que providências sejam solicitadas, no sentido de se coibir qualquer abuso, qualquer violência contra os funcionários do Hospital Sarah Kubitschek ou do todo da organização, que encerra a Fundação Pioneiras Sociais.

Houve, nessa demonstração clara dos companheiros, a afirmação de que se tem um programa a cumprir, uma diretriz a seguir, uma coerência a preservar. Houve por aqui também outras manifestações, já mais exóticas, de

colégas nossos, uma delas tentando transformar o Brasil — numa metáfora, diria eu, pobre e um tanto cosmética — num salão de barbeiros, ou de cabeleireiros, ou de não sei bem o quê. De qualquer maneira, se a democracia significa transformar o Brasil num salão de cabeleireiros, discordando da imagem, da idéia e da própria pobreza do raciocínio aqui exposto, devo dizer que, entre o que seria a ditadura militar, a corrupção em todos os escalões da política e da administração federal, como se verificava há vinte anos, nosso regime, onde não se tem um só escândalo para contar em tantos meses de administração, regime que se tem marcado pelo iminente fim do déficit da Previdência Social, regime que se tem marcado pela seriedade no trato da coisa pública, pela liberdade de expressão a mais absoluta em todos os setores da vida brasileira, entre a ditadura de antes e o que seria, na visão desse Deputado, esse salão de cabeleireiros, é preferível a democracia mesmo que cosmética à ditadura sanguinária, responsável por assassinatos e corrupção, que atingiu o Banco do Brasil, a COBAL, todos os escalões inferiores e superiores da Administração Pública Federal.

Antes de prosseguir nessa análise, vejo que V. Ex^a, Deputado Mendes Botelho pretende um aparte. Com muita honra lho dou, sem pretender imitar o pernosticismo da linguagem do Sr. Jânio Quadros.

O Sr. Mendes Botelho — Se V. Ex^a me conceder, prefiro apartear-lo após as considerações que irá fazer sobre meu pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Com muito prazer para mim. Será enriquecedor para o meu discurso contar com o aparte de V. Ex^a.

Passarei a comentar dois tópicos do discurso de V. Ex^a, um deles, que me chamou a atenção — o tópico final — pela sua preocupação com o tema Constituinte, tema que é do Programa do meu partido, lançado que foi pela primeira vez à análise da Nação quando o PMDB ainda era MDB, por um Deputado estadual de Pernambuco, hoje candidato do Partido Socialista Brasileiro à Prefeitura de Recife, o Deputado Jarbas Vasconcelos. Foi S. Ex^a a primeira pessoa que, ainda nos tempos do MDB, preconizava a Constituinte como sendo a solução para se desfazer aquele pacto social que apodrecia, a ponto de hoje termos um ex-Ministro da Justiça apontado como suspeito de contrabando de pedras preciosas.

Nesse sentido, Sr. Presidente, alerto a Casa para o fato de que as conexões internacionais envolvendo tráfico de pedras preciosas são tão graves que dificilmente alguém que trafica pedras preciosas não tem ligações com os magnatas das drogas e com outros tipos de crimes, porque essas conexões internacionais, resumindo-se no que denominamos de máfia, fazem com que, em cadeia, um crime se ligue a outro. Espero que o Sr. Abi-Ackel prove a sua inocência, mesmo porque seria terrivelmente danoso para a imagem do Brasil no exterior e para o próprio conceito que queremos ter perante a opinião pública se o Ministério da Justiça, para o qual foi cogitado o nome de Paulo Brossard, que atualmente é ocupado por um opositorista histórico como Fernando Lyra, que já foi ocupado por homens conservadores, que até apoiaram o golpe militar de 1964, mas que eram homens sérios e íntegros, como Mem de Sá e Milton Campos, que já foi ocupado por um Mangabeira, tivesse essa tradição de honradez e seriedade rompida por uma notícia tão chocante. Espero não ver constatado esse envolvimento do Sr. Abi-Ackel, que, diferentemente do que preconizava para a Nação, terá direito à mais ampla defesa. Espero que ele prove que isso não é verdade, porque o Ministério da Justiça e a sociedade civil brasileira não merecem tão chocante realidade, que contrastaria com nossas melhores aspirações.

Nobre Deputado Mendes Botelho, a preocupação de V. Ex^a com a Constituinte é legítima e V. Ex^a deve ter assegurado todo o direito de colocar as suas idéias e de mobilizar a opinião pública brasileira em sua defesa. Com certeza, na própria Comissão que foi instalada para debater o tema e em todos os foros onde se apresentar ocasião, como democrata, V. Ex^a lá colocará os seus reparos à proposta do Governo, lá fará suas críticas ao que o Governo encaminhou. Sobre tudo quero assegurar a V. Ex^a, com muita sinceridade, com muita convicção, que esta foi a fórmula que o Governo encontrou, a melhor, a mais plausível, a mais factível, a mais condizente com a

sua própria realidade de Governo de transição e não de Governo que teria emergido no bojo de um poder revolucionário nascente, para não frustrar a Nação, negando-lhe o direito de tomar assento numa Assembleia Nacional Constituinte.

Em seguida, gostaria de entrar em outro tópico, para que V. Exª pudesse fazer os seus reparos e ponderações de uma só vez. V. Exª prefere que eu trate do outro tópico, ou prefere apartear-me agora?

O Sr. Mendes Botelho — Daqui para a frente, prefiro manter o diálogo após cada parte que V. Exª comentar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Tenho outra parte que talvez seja mais dura.

O Sr. Mendes Botelho — Se V. Exª me permitir, eu gostaria de apartear-me agora.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Com muita honra.

O Sr. Mendes Botelho — Nobre Deputado, quando V. Exª se refere ao termo utilizado pelo ilustre colega Roberto Jefferson, de que este País se está transformando num salão de cabeleireiros, acredito que o termo não seja tão pejorativo como imagina V. Exª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Depende da ideia que se faz de Nação e da ideia que se faz de um salão de cabeleireiros. Para mim, a Pátria é algo maior que todas as empresas, todos os salões de cabeleireiros.

O Sr. Mendes Botelho — Gostaria que V. Exª ouvisse meu aparte. Até diria mais — que o nosso País foi transformado num verdadeiro mercado persa. Nunca vi tanto fisiologismo na minha vida. Nunca vi tanta luta por um cargo como vejo agora, razão que me fez até afirmar desta tribuna que me honra por ser do PTB e estar com Jânio Quadros. Jânio nunca colocou um parente seu no governo, sequer recebe pensão de Presidente da República. O PTB, no ano passado, foi tachado de partido fisiologista pelo fato de ter conseguido apenas uma estatela. Hoje o País está sendo dividido como se fosse capitania hereditária. Parentes de Deputados são colocados no INAMPS, no INPS, outros na Rede Ferroviária Federal, e aqueles democratas de outrora hoje passaram a ser apenas pseudodemocratas. Quero também contestar o ilustre colega — e muito me honra apartear-me a Constituinte não é apenas um ponto do Programa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Pelo que pude verificar, a Constituinte consta do programa de todos os partidos políticos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO — V. Exª poderia, ser breve? Tenha objetividade no seu aparte, pois devo prosseguir em meu raciocínio original. V. Exª já falou durante cerca de trinta minutos: vinte do seu tempo, cinco em outro discurso e agora quer dividir comigo outros cinco minutos. V. Exª quer socializar comigo nos debates o que o seu partido não socializou na COBAL.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Lembro ao orador que dispõe de um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Devo dizer a V. Exª, Deputado — peço a V. Exª, Sr. Presidente, tolerância, talvez por mais 1 minuto para concluir — que a parte outra da resposta ao Deputado Mendes Botelho era aquela que, aliás, acaba de ser reprisada por ele, quando disse que a Nova República tinha vindo para impor o tucão ao povo brasileiro. E abro parênteses para dizer que, com a Casa vazia, tenho medo de que a segurança não seja potente para conter o sobrenatural, pois foi citado aqui o nome do Sr. Jânio Quadros. Sabendo que é um fantasma, um ser do outro mundo, morto eleitoral e politicamente, tenho medo de que entre nesta Casa e nos faça uma assombração, deixando a segurança impotente para contê-lo. O Deputado Mendes Botelho citou aqui, de maneira pouco franca, que há parentes de Deputados no INAMPS, INPS. Ora, tenho muita honra de ser filho do ex-Senador Arthur Virgílio Filho, que foi Líder de um PTB que não era o da COBAL, que foi Líder de um PTB que não era acusado de corrupção e que foi cassado, como Senador, porque teve sempre a coragem de se afirmar em qualquer terreno, em qualquer momento, em defesa dos princípios que levariam à justiça social.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Comunico a V. Exª que o seu prazo está esgotado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Sr. Presidente, peço a V. Exª que, por favor, nessa conclusão, casse o som do microfone do tatibitete do Deputado do PTB. Mas prossigo, Sr. Presidente, para dizer que a honra que tenho de ser filho de Arthur Virgílio Filho é imensa e espero que todos possam dizer a mesma coisa dos seus pais. Eu é que sou filho do ex-Senador Arthur Virgílio Filho, politicamente. Dele me beneficie com votos em eleição, do seu nome me beneficie, porque, quando cheguei a esta Casa, todos sabiam que aqui chegava certamente um homem sério, até por ser filho de um homem tradicionalmente sério.

O Sr. Gastone Righi — V. Exª me concede um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Eu não tenho tempo suficiente. Com certeza, ouviria V. Exª, porque jamais fugi ao debate. V. Exª permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — O tempo de V. Exª já está esgotado em 2 minutos.

O Sr. Gastone Righi — Peço a sua complacência, Sr. Presidente, na qualidade de líder do PTB. Vi o meu partido ser atingido duramente pelo Deputado Arthur Virgílio Neto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Em resposta ao que disseram do meu partido e do meu Governo. O vento que venta lá, para mim venta cá. É uma norma da minha vida, sempre.

O Sr. Gastone Righi — Vou registrar a V. Exª o seguinte: o PTB que eu lidero, que é presidido pelo atual comando — e isto a partir do final do ano passado — não tem qualquer ligação com nenhum órgão do Governo, nem no Governo passado nem no atual.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Teve com a COBAL, no Governo passado, e o resultado foi desastroso.

O Sr. Gastone Righi — V. Exª coloca no passado. O que não é possível — e isso não admito — é que V. Exª envolva as instituições com as pessoas. V. Exª demonstra que não é democrático.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Eu sou democrático, e V. Exª não é o melhor juiz do meu espírito democrático.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — O tempo de V. Exª está esgotado.

O Sr. Gastone Righi — V. Exª não me deixou concluir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO — Sr. Presidente, por mim eu ouviria a todos, enfileirados, um por um, mas depende de V. Exª deixar. Não são os melhores juízes do espírito democrático, porque lhes faltou exatamente a garra para sustentar a luta pela democracia nesta terra e neste Parlamento em momentos difíceis. Se o Deputado Roberto Jefferson quiser apartear-me e V. Exª permitir, ficarei aqui até meia-noite, respondendo a todos.

Sr. Presidente, concluo dizendo que a altivez que tínhamos na Oposição é a que temos no Governo. Respostas não deixaremos de dá-las nunca. Se tivemos coragem de enfrentar o Gen. Newton Cruz e os Ibrahim Abi-Ackel da vida, não vamos agora, como Governo, baixar a cabeça, na certeza de que a obra que vamos construindo é a da transição democrática e a da moralização administrativa neste País, por mais que a tantos isto não agrade. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Esgotado o prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição, para apreciação, pelo Congresso Nacional, dos Decretos-leis nºs 2.139 e 2.140, de 1984, sem ter havido deliberação, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 6 e 7, de 1985-CN, a eles referentes, foram incluídos em Ordem do Dia, em 10 sessões subsequentes, em dias sucessivos, conforme determina o citado dispositivo, *in fine*.

Cumprida a exigência constitucional sem que sobre as matérias o Congresso haja se manifestado, os textos dos Decretos-leis são considerados aprovados (Const., art. 55, § 1º, *in fine*, combinado com o art. 51, § 3º, *in fine*), ficando, em consequência, prejudicados os Projetos de Decreto Legislativo nºs 6 e 7, de 1985-CN.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 1985, que altera o prazo de vigência da distribuição prevista no artigo 26, item I, da Constituição.

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Sr. Presidente, tendo em vista a falta evidente de quorum, solicito a V. Exª levantar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência defere o requerimento de V. Exª. Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 35 minutos.)

Ata da 216ª Sessão Conjunta, em 15 de agosto de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Cesar Cals — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sam-

paio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Severo Gomes — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS

Acre

Alufio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB;

Randolfo Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PFL; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PFL; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jónathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Edme Tavares — PFL; João Agripino — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Renan Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Mário Lima — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stêlio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Cleimir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Dêlio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Francisco Stuard — PFL; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PMDB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Atalide — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cicero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PFL; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novais — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoíno — PT; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Samir Achôa — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; José Tavares — PMDB; Mattos Leão — PMDB; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Paulo Melro — PFL; Pedro Colin — PFL; Renato Viana — PMDB; Vilson Kleinubing — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS; Emílio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachine — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Pedro Germano — PDS; Prati de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS.

Amapá

Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PFL.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 46 Srs. Senadores e 275 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Barros.

O SR. CELSO BARROS (PFL — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, ocupou ontem esta Tribuna o Deputado Heráclito Fortes para fazer denúncias contra o Governo do Estado do Piauí e o Tribunal Regional Eleitoral, atribuindo àquele o uso indevido de setores da administração pública em favor do candidato do Partido da Frente Liberal à Prefeitura de Teresina e, a este, a conivência em fraude eleitoral que o parlamentar afirma ter ocorrido no alistamento de eleitores em Teresina.

Em primeiro lugar, há a consignar-se o desespero do candidato do PMDB, Deputado Wall Ferraz, em face de defeições havidas no seu Partido, justamente por prestigiosos cidadãos que não concordaram com a sua candidatura. Alinham-se entre estes os seguintes: Deputado Estadual Elias Ximenes do Prado, grande líder radicado em Parnaíba; seu filho Elias Ximenes do Prado Júnior, Suplente de Deputado Federal; os Vereadores de Teresina, detentores de grande parcela do eleitorado da capital, Atualpa Amorim, Carlos Lobo e Dubá Leitão. O Suplente de Deputado Estadual Francisco Machado. E vários outros.

O teor da acusação do nobre Deputado Heráclito é uma peça tecida nas dobras da imaginação. Está longe de corresponder à realidade. Dizer que o Governo utiliza os serviços públicos em comitês eleitorais, neles transformando a rede pública do ensino e a rede hospitalar, é realmente uma imputação aleiosa, expressando uma visão aterradora da derrota que haverá de sofrer o nobre Deputado ao lado de seu candidato.

Contém ainda a acusação outra invenção: a de que funcionários públicos de escalões inferiores estão sendo obrigados a se filiar ao PFL. Outra invenção é dizer que o Governo exige contribuição para o Partido.

E a denúncia desanda ao imputar ao Tribunal Regional Eleitoral a conestação de fraudes que teriam sido praticadas no alistamento. Tal tipo de denúncia, ao mesmo tempo em que mostra o desconhecimento dos fatos, envolve séria acusação ao Tribunal Eleitoral e a seus Juizes. Nenhum fato caracterizador de fraude foi levado ao conhecimento da Justiça Eleitoral. Esta não podia apurar fatos que desconhece. É grave essa acusação. Só a má-fé ou o medo da derrota pode engendrará-la, pondo-se de lado o respeito à autoridade judiciária e os princípios de ética e da verdade que devem estar na base de toda acusação séria.

O desespero do candidato do PMDB contagia aqueles que se empenham, aliás desinteressadamente, em sua campanha. Além de contagiá-los, os desnorteia, levando-os a acusações precipitadas e infundadas, como é essa do Deputado Heráclito Fortes.

Candidato que, ao invés de se preocupar em ir à praça pública para expor suas idéias e defender programas, engendra denúncias de teor fantasmagórico envolvendo pessoas e instituições, ou nada tem a transmitir, ou já antecipadamente quer justificar a sua derrota. Qualquer que seja a opção, corresponde ela a um desvio dos rumos corretos que os candidatos devem seguir.

A Convenção do PFL em Teresina foi uma apoteose. Isso deixou o candidato do PMDB em grandes dificuldades. Já agora percebe que o terreno, que julgava firme e seguro, lhe foge dos pés. As adesões ao PFL o preocupam. A insegurança o domina. Resta agora tão-somente agredir o adversário, descobrir fatos que o possam comprometer e levar ao povo versões tendenciosas para iludi-lo.

Não é esta a campanha que educa, que valoriza o candidato e que o eleva perante a opinião pública.

O Governador Hugo Napoleão vem dando integral apoio ao candidato do seu Partido, o economista e ex-Secretário de Educação Atílio Lira. Não o faz, porém, em detrimento da administração pública, nem se valendo dos instrumentos que esta lhe oferece. Nesse ponto segue, aliás, o exemplo dos Governos de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e do Paraná, todos do PMDB e que, na medida de suas forças e dos interesses partidários, se lançam corajosamente em campanha a favor dos seus candidatos. Essa é uma demonstração de fidelidade aos princípios do Partido e de confiança na vitória do candidato.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina.

O SR. VALMOR GIAVARINA (PMDB — PR. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, se é que entendi bem as palavras do nobre Deputado Celso Barros, S. Ex.^a deixou claro que, em outros Estados, a Frente Liberal está somando com o PMDB, e citou, inclusive, o Paraná.

Gostaria de esclarecer ao ilustre Deputado Celso Barros que isto não ocorre no Paraná, como não ocorre em São Paulo e em outros Estados da Federação. No meu Estado, o Paraná, o Partido da Frente Liberal está apoiando o Partido do Sr. Leonel Brizola. Em São Paulo, o Partido da Frente Liberal está apoiando o Sr. Jânio Quadros, e sabemos exatamente o que significa a sua vitória, se vier a acontecer, para desgraça da Nação. Não falo na condição de Líder, mas de Deputado, porque na condição de Líder não poderia dizer o que estou dizendo. Por isso inscrevi-me para o período de Breves Comunicações.

Mas está ocorrendo um fato muito engraçado. Quando alguém critica o Presidente da República nesta Casa, o primeiro a defendê-lo é um Deputado da Frente Liberal. Já na nossa base, no Paraná, quando alguém elogia o Presidente da República, o primeiro a criticá-lo é um Deputado da Frente Liberal. Vejo nisto uma dupla militância. Parece-me que alguns colegas da Frente Liberal estão posando, na base, de opositores, enquanto aqui posam de aliancistas. São governo-oposicionista e oposição-situacionista. De modo que não sei se foi bom ou ruim termos vencido a eleição nas condições em que vencemos.

Cito mais um exemplo — e não vai aqui crítica a ninguém, apenas uma constatação: às vésperas da eleição de Tancredo Neves e de José Sarney, tínhamos apenas três Deputados, no Paraná, que pertenciam à Frente Liberal. Citarei seus nomes, porque os respeito muito: Deputado Norton Macedo, Fabiano Braga Cortes e Alcení Guerra.

A votação deu-se do Norte para o Sul, e foi decidida em São Paulo, com o voto do nosso companheiro Deputado João Cunha. Quando chegou ao Paraná, pareceu-me que todo mundo deitou com os arreios, porque todos votaram no Sr. Tancredo Neves e passaram a posar de aliancistas. Na minha cidade, no interior do Paraná, um deputado Estadual, malufista inveterado — o maior malufista que já conheci — até à véspera das eleições descia o porrete na Aliança Democrática. No entanto, Sr. Presidente, ele é hoje o Presidente do Partido da Frente Liberal na minha região.

Portanto, não sei se vale a pena continuarmos com essa Aliança, porque ela me dá a entender que está sendo válida, na Nova República, a dupla militância.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PFL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, iniciei ontem, na sessão do Congresso Nacional, a divulgação de um ofício que recebi do Ministério da Justiça, atendendo a um requerimento de informações que fiz para sustentar um projeto de lei de minha autoria, proibindo, no Brasil, a criação, a extensão e a permanência da famosa seita Moon.

O Ministério da Justiça enviou-me a resposta à consulta, da lavra do Dr. Marcelo Cerqueira, trazendo à baila informações muito sérias e muito graves, a respeito da seita Moon no País que a Nação deve conhecer.

Começamos ontem a mostrar que, além de ser o Presidente da Igreja da Unificação, Mr. Moon é proprietário de multinacionais tais quais a ILWA Pharmaceutical Co., Tonga Titannus Co., Tangatita Munus Co. e, inclusive, uma multinacional do setor bélico sediada na Coreia do Sul chamada Tangil Industrial Co.

A seita Moon iniciou seus trabalhos no Brasil em Minas Gerais e hoje está em São Paulo, onde, infelizmente, a Assembleia Legislativa concedeu à entidade, em 1980, o título de utilidade pública, através da Lei nº 2.331, de 16 de abril de 1980.

A seita Moon usa mão-de-obra escrava — recrutada através de seus vários cursos e estágios como mão-de-obra missionária — na tradição dos crimes e plágios no nosso Código Penal, porque não recebe remuneração pelo seu trabalho. Não remunerados, seus missionários também são utilizados na venda de bijuterias e ginseng, este vendido como afrodisíaco.

Em São Paulo, a seita Moon possui — usando o plágio, "missionária", a mão-de-obra escrava — a Unificação Confecção de Roupas Ltda. e a Importadora Il-Hwa do Brasil Ltda. Em Porto Alegre possui a firma Unificação, Comércio de Vestuário e Alimentos Ltda. É também de propriedade da seita Moon, aqui pertinho, no Uruguai, o hotel que abrigou inclusive a comitiva presidencial do Brasil.

Segundo a seita Moon, aos membros internos é exigida a dedicação total e exclusiva, mesmo o abandono da família, caso esta não concorde em segui-la. No caso de o convidado aceitar o convite e o seu cônjuge não, são considerados separados, com aprovação do Messias, e passa o iniciado a não ter mais obrigações para com a família. Aquiescendo o casal em seguir a seita, fica acertado que ele não poderá manter relações sexuais até atingir um grau de crescimento dentro da seita, quando então deverá comparecer à frente do Messias, que os abençoará.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — O tempo de V. Ex.^a está esgotado.

O SR. ROBERTO JEFFERSON — Pediria somente mais um minuto, para concluir, para não deixar a idéia sem conclusão, para analisar a posição do solteiro.

O sexo também é proibido aos solteiros. Até mesmo a aproximação entre jovens de sexos opostos não é vista com bons olhos. Para poderem se casar dentro da seita, os jovens devem dirigir-se à presença do Messias. Este decidirá quem deverá casar com quem. No caso de os nubentes não se aceitarem, escolherão seus pares; porém, o Messias já não mais se responsabilizará pela União.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Ministério da Justiça enviou um documento ao ilustre Deputado Humberto Souto, respondendo a uma consulta que fiz, como Deputado Federal, pela assessoria do Ministro da Justiça.

Tramita, nesta Casa, um projeto de minha autoria, proibindo a existência e a fixação no País da seita Moon. Parece-me que o fundamento legal do Ministério da Justiça dá-nos condição, na Comissão de Constituição e Justiça, de repelir a permanência da seita Moon, aprovando este projeto, pois a mesma afronta a moral, os bons costumes, a legislação de família e a própria legislação do trabalho do País.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, voltarei a abordar este assunto na próxima sessão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Celso Barros, como Líder do Partido da Frente Liberal.

O SR. CELSO BARROS (PFL — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, somente agora nos é possível contestar as afirmações do ilustre Deputado Amaral Netto, usando este expediente da Liderança do Partido da Frente Liberal, afirmações essas que envolvem sérias acusações ao Presidente José Sarney e aos Ministros Aureliano Chaves, Marco Maciel e Antônio Carlos Magalhães.

Temos o maior respeito ao trabalho do Deputado Amaral Netto, cujas posições políticas são definidas, embora, por vezes, marcadas por impulsos desabridos de provocações, o que ocorre sempre que os seus interesses são contrariados.

O nobre parlamentar confessa que foi atingido, em seus negócios particulares, por medidas tomadas pelo Presidente da República, que teria dado ordens às empresas do Governo para romper contratos firmados com a Plantel, empresa de propriedade do Deputado e que opera na produção de tapes e filmes. Essa, pelo menos, é a versão dada pela imprensa do dia 14 do corrente, quando a notícia foi divulgada, com base em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados.

Sem reprimir os seus desabafos, o Deputado Amaral Netto agride o Sr. Presidente da República, ao declarar, a propósito da reeleição de José Sarney, então Senador, para o cargo de Presidente da Executiva Nacional do PDS, que fora reeleito "com os votos roubados" da Chapa Participação.

Quem acompanhou bem os episódios da pugna eleitoral, em que se envolveram, naquela oportunidade, os Deputados do PDS, inclusive o Deputado Amaral Netto, sabe muito bem que a eleição de José Sarney, para aquele cargo, representou o voto de confiança do partido, que até então alimentava a esperança de preservar a sua unidade. Essa não passou de uma vã esperança. Veio o esfacelamento. O então Presidente do Partido, hoje Presidente da República, sentiu-se asfixiado naquele clima de limitações, de frustrações, de desperdício de energias partidárias e, o que é mais significativo, sentindo-se marginalizado pelo Presidente Figueiredo, não teve outra alternativa senão desligar-se do partido e procurar outra legenda. Atitude corajosa, arriscada, difícil, passou a enfrentar novas dificuldades em razão das incompreensões que gerou, a par de manifestações de desgosto por parte de seus ex-companheiros.

A Chapa Participação teve, no episódio, uma atitude de todos conhecida e deu os seus votos a quem bem os merecia. Falar-se em "votos roubados" é atribuir esse ato ignominioso ao Presidente José Sarney, é, em verdade, transformar as razões do discurso em razões de mágoas pessoais, que não servem de ponto de partida para acusações isentas de passionismo, de frustrações ou de interesses mesquinhos.

Vai mais adiante o ilustre Deputado ao dirigir as suas farpas contra lideranças incontestáveis de nossa vida política, como Marco Maciel, Antônio Carlos Magalhães e Aureliano Chaves. Acima-los de "os maiores corruptos da Velha República", mesmo atribuindo a esses termos uma conotação diferente, como se o eufemismo tirasse a gravidade da acusação, é perder de todo as estribeiras, é aviltar o discurso parlamentar, o que não fica bem a um Deputado do porte, da inteligência, da combatividade de Amaral Netto, conhecido de velhas e memoráveis campanhas que formam um legado bastante rico de sua atividade parlamentar. Não é possível que, agora, esquecido do seu passado de lutas em prol da verdade, do respeito às pessoas e do zelo à palavra, se envolva em questões tão pequenas, tão mesquinhãs, tão fúteis e tão injustas, como se essas ilustres pessoas por ele agravadas não tivessem passado e não se apresentassem, aos

olhos da Nação e do povo, como personalidades respeitadas e queridas.

Alude o Deputado, a propósito do passado do Presidente Sarney, que este fora beneficiado em 47 posições federais entregues no Governo anterior a pessoas ligadas à sua família. A acusação não traz provas e, mesmo que trouxesse, essas posições, se realmente conquistadas, teriam sido o resultado do longo, imenso e grandioso trabalho que José Sarney, como Governador, como Senador, como Presidente do Senado e do PDS, emprestou a essa República a quem ele tanto serviu com desprendimento e patriotismo.

Ninguém nega que, na vida política, sejam naturais essas compensações, desde que alcancem pessoas capazes e merecedoras de confiança e distinção. Nada há de reprovável nisso. E o fato de algum político haver recebido favores do Governo, quando servia o Governo, não o impede de mudar de posição em relação ao Governo. Prova disso é de independência, de coragem, de escolha dos caminhos que melhor conduzem aos objetivos desejados, quando esses objetivos se ajustam aos interesses do povo e da Nação.

Fazer críticas ao Governo é uma prática legítima da vida democrática. Fazer acusações inspiradas na paixão, em motivos pessoais, é um desserviço à causa democrática, a qual se compraz em preservar os valores da vida e o respeito à dignidade da pessoa humana, sobretudo quando investida da missão de servir à comunidade e à Pátria.

As figuras de Aureliano Chaves, Antônio Carlos Magalhães e Marco Maciel, Ministros da Nova República, depositários da confiança do povo brasileiro e deste Parlamento, colocam-se sobranceiras a essa onda de difamação, e já têm, a seu favor, o repúdio às acusações do ilustre Deputado, através de várias manifestações no Plenário do Congresso.

Finalizando, Sr. Presidente, quero aludir a palavras há pouco proferidas pelo nobre Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, quando, mal interpretando minhas palavras a respeito de denúncias feitas ao Governo do Estado do Piauí e ao Tribunal Regional Eleitoral, teve considerações impertinentes e que, absolutamente, não fazem justiça ao trabalho desenvolvido pelo Partido da Frente Liberal, um dos esteios da Aliança Democrática que conduziu à Presidência da República Tancredo Neves e José Sarney. Quando afirmamos que o Governador Hugo Napoleão seguia o exemplo dos Governadores de São Paulo, do Paraná, de Minas Gerais e de Goiás, tivemos em vista o exemplo dado por eles, Governadores, ao Governador do Piauí, no sentido de que jamais se utilizam das repartições públicas, dos órgãos administrativos para transformá-los em comitês eleitorais.

A acusação do Deputado Heráclito Fortes, por nós rebatida, não teve em vista, absolutamente, espalhar cizânia entre os dois partidos, porque a situação é bastante singular. O PMDB exige concordância do Partido da Frente Liberal, quando este apóia outro candidato que não o seu. No entanto, é patente que, em alguns Estados, o PMDB coloca-se flagrantemente contra o Partido da Frente Liberal. É uma situação normal decorrente das lutas políticas deflagradas nos Municípios, sem que isto implique, absolutamente, quebra da união firmada no âmbito nacional como ponto de apoio ao atual Presidente da República. Pouco importa que a Frente Liberal, neste ou naquele Estado, procure caminhos diferentes daqueles trilhados pelo PMDB. Do mesmo modo, verificamos ser perfeitamente lícito que o PMDB se afaste dos caminhos palmilhados pelo Partido da Frente Liberal. As lutas locais apresentam características bem diferenciadas e jamais poderão evitar que os dois partidos se dividam, se oponham e escolham candidatos diferentes. Sabemos que a Aliança Democrática foi fruto de artificialismo político convertido em benefício dos objetivos que tínhamos em vista alcançar, ou seja, a redemocratização do País. O objetivo maior foi alcançado; e agora, quando realmente estamos lutando por novas reformulações políticas, é normal que nossas posições se situem em planos diferentes, sobretudo no âmbito municipal, quando as divergências recrudescem, se tornam muito maiores, mais extremadas, impossibilitando, conseqüentemente, conjugações de esforços em torno do mesmo partido.

Quero, portanto, consignados esses fatos, mostrar ao meu nobre companheiro e Líder do PMDB que jamais

tive a intenção de criar qualquer divergência entre o Partido da Frente Liberal e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Espero que ambos os partidos, unidos neste plenário em defesa do Governo, naquilo que for defensável, deem o grande exemplo de compreensão, mas, por outro lado, também o exemplo de luta, ao defenderem, nas Capitais dos Estados, os seus candidatos.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — passa-se à

ORDEM DO DIA

Atendendo à finalidade da sessão, o Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 1985.

É lida a seguinte

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55, de 1985

Altera o prazo de vigência da distribuição prevista no art. 26, item I, da Constituição.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. A distribuição prevista no art. 26, item I, da Constituição entra integralmente em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 1985.

Justificação

O autoritarismo, a centralização de poder e a autocracia que se instalaram no País, nos últimos vinte anos, tiveram, como baluarte, o crescente esvaziamento das finanças estaduais e municipais.

Enquanto a autoridade do Governo Federal se impunha com tabu, que não admite contestação, Prefeitos e Governadores de Estado se viram na contingência de assistir, passivamente, à redução dos sessenta por cento do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos que lhes cabiam, para quarenta por cento, na oportunidade da promulgação da Carta de 1967, à redução dos percentuais dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios e outras medidas prejudiciais às Comunas e às Unidades da Federação.

Só no final da década de 70, com a lenta abertura iniciada com o Governo Geisel e com a instalação, nesta Casa, da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar as causas do crescente empobrecimento dos Estados e Municípios, em face do Sistema Tributário Nacional, é que as células de nossa organização política e administrativa e os Estados, através de seus representantes, puderam manifestar-se sobre a gradual miséria a que estavam sendo reduzidos.

Com a publicação do Relatório da referida CPI em face das primeiras manifestações de descontentamento para com a política financeira do Governo Federal, algumas medidas, embora tímidas, foram tomadas, sobretudo no tocante à aceleração do fluxo das transferências de receita tributária e aos percentuais dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios.

As providências adotadas pelo Governo Federal, entretanto, foram insuficientes e insatisfatórias, de modo que a situação financeira das Comunas e das Unidades da Federação continuou piorando.

A retomada de uma consciência política e a insustentável penúria a que foram reduzidos os Municípios e os próprios Estados, levaram seus representantes em um nível de mobilização jamais visto nos últimos vinte anos. Os reclamos e a pressão para que se procedesse a uma reforma tributária, capaz de promover uma distribuição mais justa das competências e de receita tributária conduziram a intensa movimentação parlamentar, no âmbito do Congresso Nacional, que culminou com um esboço inicial de substituição às propostas de emenda à constituição que aguardavam discussão e votação, em meados de 1983, o qual passou a ser vulgarmente chamado de "Emenda Passos Pôrto".

Entre as alterações propostas no referido esboço, previa-se a devolução, aos Estados e Municípios, da per-

centagem de sessenta por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos (IULCLG) tal como estava previsto no art. 23 da Emenda Constitucional nº 18, de 1965, pela qual se iniciou a "Reforma Tributária" ainda em vigor.

O texto da "Emenda Passos Pôrto", embora distasse bastante da solução ideal, era produto do entendimento de parlamentares de todos os partidos e encheu, assim, de esperanças, os Prefeitos Municipais, Governadores de Estado e os políticos sérios, que promulgam por soluções urgentes para aliviar as finanças municipais e estaduais.

Ao apresentar seu parecer, na qualidade de Relator da Comissão Mista encarregada do exame das propostas de emenda à Constituição referentes ao Sistema Tributário, o Senador Passos Pôrto apresentou um substitutivo mutilado com supressões e alterações impostas pelos representantes dos Ministros da área econômica, as quais reduziram amplamente os possíveis efeitos positivos que se pretendia alcançar.

Entre as despropositadas alterações introduzidas no referido texto que deu origem à atual Emenda à Constituição nº 23, de 1983, figura o seu art. 4º, pelo qual se estabeleceu um escalonamento, por cinco anos, até a vigência plena da percentagem de participação dos Estados e Municípios 60% (sessenta por cento) no produto da arrecadação do IULCLG. Assim, as percentagens passaram a ser as seguintes:

- I — 44% (quarenta e quatro por cento) em 1984;
- II — 48% (quarenta e oito por cento) em 1985;
- III — 52% (cinquenta e dois por cento) em 1986;
- IV — 56% (cinquenta e seis por cento) em 1987;
- V — 60% (sessenta por cento) somente a partir de 1988

Dessa forma, uma das medidas destinadas a socorrer, de imediato, as finanças estaduais e municipais perdeu quase inteiramente a sua eficácia, como solução para o problema do momento, deixando surpresos e inconformados todos os representantes das Comunas e das Unidades da Federação, além dos Parlamentares, que se viram, não obstante, obrigados a aprovar a Proposição, sob pena de verem totalmente frustradas as expectativas criadas.

É, pois, objetivo da presente proposição atender à justa expectativa criada na oportunidade da divulgação da "Emenda Passos Pôrto" e, sobretudo, a de tornar efetiva e imediata, a participação de sessenta por cento já aprovada, a fim de que chegue a tempo de socorrer os Estados e Municípios, na desesperadora situação financeira em que se encontram.

DEPUTADOS: Siegfried Heuser — Jorge Uequed — Celso Sabóia — Ibsen Pinheiro — Carlos Mosconi — Flávio Bierrenbach — Ivo Vanderlinde — José Mendonça de Moraes — Raul Ferraz — Ciro Noqueira — Heráclito Fortes — Genebaldo Correia — Aroldo Molletta — Amadeu Gera — Aldo Arantes — Márcio Braga — Nelson Wedekin — Iturival Nascimento — Paulo Borges — Floriceno Paixão — Plínio Martins — Chagas Vasconcelos — Djalma Falcão — José Maranhão — Aldo Pinto — Nadyr Rossetti — Lélío Souza — Myrthes Bevilacqua — Renato Vianna — Irma Passoni — Bete Mendes — Ailton Soares — Mansueto de Lavor — Gioia Junior — Guido Moesch — Antonio Farias — Orestes Muniz — José Mello — Ruy Lino — Geraldo Fleming — João Gilberto — Eptácio Cafeteira — Hélio Manhães — Fernando Gomes — Pedro Germano — Raimundo Leite — Mário Hato — Luiz Henrique — Antônio Câmara — Hélio Duque — Arthur Virgílio Neto — Domingos Leonelli — Márcio Santilli — Aurelio Peres — Cardoso Alves — Francisco Dias — Jorge Medauar — Sérgio Lomba — Walber Guimarães — José Carlos Teixeira — Jorge Vianna — Haroldo Lima — Moyses Pimentel — José Ulisses — Pimenta da Veiga — Leônidas Sampaio — Marcio Macedo — Djalma Bom — Egidio Ferreira Lima — Valmor Giavarina — Ruben Figueiró — Evandro Ayres de Moura — Paulo Lustosa — Carlos Sant'Anna — Ossian Araripe — Ubaldo Bares — Albino Coimbra — Oswaldo Lima Filho — Cristina Tavares — Oscar Correa Junior — Teodorico Ferraço — José Carlos Vasconcellos — Pedro Sampaio — Oswaldo Trevisan — Humberto Souto — Domingos Juvenil — Brabo de Carvalho — Cid Carvalho — Tidei de Lima — Walter Casanova — Geraldo Melo — Francisco Amaral — Ademir Andrade — Roberto Rollemberg — Sinval Guazzelli — Aníbal Teixeira — Luiz Sefair —

Virgildásio de Senna — Joaquim Roriz — Nelson do Carmo — Márcio Lacerda — Cristino Côrtes — Navarro Vieira Filho — Moacir Franco — Ibsen de Castro — Gorgônio Neto — Agnaldo Timóteo — João Alberto de Souza — Prisco Viana — Ruy Bacelar — Ricardo Ribeiro — Israel Pinheiro — Aluizio Campos — Luiz Baccarini — Manoel Ribeiro — Odilon Salmoria — Epitácio Bittencourt — Cássio Gonçalves — Renato Bernardi — Fued Dib — José Thomaz Nonô — Luiz Antonio Fayet — Luiz Guedes — Alcides Lima — José Fogaça — Osvaldo Nascimento — Fernando Lyra — Marcos Lima — Wilson Vaz — Haroldo Sanford — Hermes Zaneti — Manoel Affonso — Sebastião Ataíde — Sérgio Cruz — Abdias do Nascimento — Fernando Santana — Raymundo Asfóra — Iram Saraiva — Wagner Lago — José Tavares — Dilson Fanchin — Aírton Sandoval — Israel Dias-Novae — Junia Marise — Luís Dulci — Luiz Leal — Milton Reis — Randolfo Bittencourt — Arlindo Porto — Paulo Mincarone — Emidio Perondi — Arnaldo Maciel — Wall Ferraz — Mendes Botelho — Jorge Carone — Nilton Alves — João Herculino — Carneiro Arnaud — Fernando Collor — Rosa Flores — Oscar Alves — Elquisson Soares — Rosemburgo Romano — João Carlos de Carli — Nilson Gibson — Geraldo Bulhões — França Teixeira — Maçao Tadano — Siqueira Campos — Bonifácio de Andrada — João Paganella — Celso Peçanha — Sarney Filho — Nyder Barbosa — Eduardo Matarazzo Suplicy — Ralph Biasi — Herbert Levy — Dionísio Hage — Irajá Rodrigues.

SENADORES: Pedro Simon — Alberto Silva — Mauro Borges — Humberto Lucena — José Fragelli — Fábio Lucena — Cid Sampaio — Jaison Barreto — Hélio Gueiros — Alfredo Campos — Alvaro Dias — Marcelo Miranda — Gastão Müller — Enéas Faria — Octávio Cardoso — Carlos Chiarelli — Marcondes Gadelha — Severo Gomes — Affonso Câmargo — Martins Filho — João Calmon — Benedito Ferreira — Lomanto Junior — Mário Maia — Henrique Santillo — Saldanha Derzi — Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Cid Sampaio, Alcides Saldanha, Alvaro Dias, Hélio Gueiros e os Srs. Deputados Siegfried Heuser, João Hermann Neto, José Ulysses, Genebaldo Correia e Carlos Peçanha.

Pelo Partido Democrático Social — Senadores Lomanto Júnior, Heráclito Rollemberg, Gabriel Hermes, Jorge Kalume e os Srs. Deputados Antônio Faria, Cunha Bueno e Darcílio Ayres.

Pelo Partido da Frente Liberal — Senadores Carlos Lyra, José Lins, Américo de Souza e os Srs. Deputados Ronaldo Canedo e Mozarildo Cavalcanti.

Pelo Partido Democrático Trabalhista — O Sr. Deputado Délio dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Comissão Mista ora designada deverá reunir-se dentro de 48 horas para eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Perante a Comissão, poderão ser apresentadas emendas, no prazo de oito dias a contar de sua instalação, com o mesmo número de assinaturas previsto para a apresentação de propostas.

O P-rcer da Comissão Mista deverá ser apresentado até o dia 16 de setembro próximo.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A presidência convoca Sessão Conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e quatro minutos, neste plenário, destinada à apreciação das seguintes propostas de delegação legislativa:

Nº 6, de 1979, que propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei, dispondo sobre a criação do Ministério da Mulher e da Criança;

Nº 7, de 1979, que propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando o Ministério da Família e do Menor; e

Nº 8, de 1979, que propõe delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre a criação do Ministério da Família e do Menor.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 2 minutos.)

ATA DA 217ª Sessão Conjunta, em 15 de agosto de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 19 HORAS E 4 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Cesar Cals — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Severo Gomes — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Alvaro Dias — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PFL; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS;

Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PFL; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jónathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Edme Tavares — PFL; João Agripino — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor

— PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Osvaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Renan Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bo-cayua Cunha — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar

Arneiro — PMDB; Francisco Studart — PFL; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PMDB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Páris — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Cristóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Rondon Pacheco — PDS; Roseburgo Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Pires — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PFL; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novais — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Samir Achôa — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Mattos Leão — PMDB; Oswaldo Trevi- san — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Paulo Melro — PFL; Pedro Colin — PFL; Renato Viana — PMDB; Vilson Kleinubing — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS; Emílio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Irája Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Pedro Germano — PDS; Prati- ni de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenzhi — PDS.

Amapá

Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PFL.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusa o comparecimento de Srs. Senadores e Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PFL — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nos estertores da Velha República, foi assinada uma portaria pelo Ministro da Fazenda desativando inúmeras agências da Receita Federal em todo o País. Essa medida, Srs. Congressistas, foi particularmente dolorosa para o Estado do Rio de Janeiro, pois, conforme queixas reiteradas que venho recebendo de inúmeros contribuintes, vêm-se eles agora com grandes dificuldades no seu relacionamento com o Fisco.

Cito apenas um exemplo, que me parece possa servir de modelo da desorganização, dos transtornos e dos inconvenientes trazidos por essa medida. Os contribuintes de Cantagalo, no meu Estado, são obrigados a se deslocar até a cidade de Nova Friburgo para ali resolverem os seus inúmeros problemas fiscais e tributários. E nem sempre conseguem resolvê-los no mesmo dia. Com isso, de duas uma: ou se gasta dinheiro com as passagens ou se gasta dinheiro com a hospedagem. E quando a demora não é de um ou dois dias, mas daquelas que nem a própria Receita sabe? São telefonemas interurbanos, são viagens mais assíduas, enfim, são gastos complementares.

O Município de Cantagalo possui significativa expressão tributária no Estado do Rio, Sr. Presidente. Desde os tempos coloniais aquele núcleo foi importante produtor de café. A região geoeconômica compreende, ainda, os Municípios de Cordeiro, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena e Carmos. Neles, a arrecadação vem sempre aumentando. Basta dizer-se que a Delegacia de Cantagalo já era a quarta colocada na região. Suplantava, inclusive, várias outras Delegacias que, contudo, não foram desativadas.

A distância entre Cantagalo e Nova Friburgo é de 56 km; de Carmo a Nova Friburgo, de 106 km; de São Sebastião do Alto a Nova Friburgo é de 89; de Santa Maria Madalena a Nova Friburgo, 97 km.

Os problemas entre contribuintes e Fisco (C.G.C., C.P.F., T.R.U., os que envolvem as três fábricas de cimento da região: Votarantim, Alvorada e Mauá) estão sempre sendo resolvidos através da Delegacia de Nova Friburgo. Parece até que a Receita Federal não se incomoda com isso porque, assim, teria condições de aplicar multas, cobrar mais correção monetária e entesourar mais dinheiro.

O serviço público é para servir ao público. O contribuinte não pode continuar sendo mal tratado pela Secretaria da Receita Federal. Estamos na Nova República, onde o relacionamento entre os órgãos governamentais e o povo deve ser diferente.

O prédio da Delegacia da Receita Federal, em Cantagalo, continua desocupado. Faço, pois, em nome dos inúmeros contribuintes daquela região geoeconômica, um forte apelo ao Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, para que determine a reabertura da Delegacia da Receita Federal não só em Cantagalo, mas em todos os pontos do território nacional, pois, assim agindo, estará prestando um verdadeiro serviço ao público.

Era o que tinha a dizer!

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Não há mais oradores para o período de breves comunicações. (Pausa.)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, da Proposta de Delegação Legislativa nº 6, de 1979, que propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei dispondo sobre a criação do Ministério da Mulher e da Criança, tendo

PARECER, sob nº 1, de 1984-CN, da Comissão Mista, contrário à Proposta e às de nºs 7 e 8, de 1979, que com ela tramitam, vencidas as Senhoras Deputadas Cristina Tavares e Myrthes Bevilacqua.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta de 22 de maio de 1984, às 11 horas, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Em votação a matéria.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina para encaminhar a votação.

O SR. VALMOR GIAVARINA (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, ontem a Câmara dos Deputados viveu uma tarde histórica a partir do momento em que aprovamos, por unanimidade — posso dizer, porque foi com o voto de todas as Lideranças de todos os partidos — o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Esse Conselho Nacional, com a verba que a ele será alocada, em virtude dos objetivos ali consignados, parece-me que supre esta iniciativa das nobres Deputadas Cristina Tavares e Myrthes Bevilacqua que objetivou criar o Ministério da Mulher.

Por esse motivo, Sr. Presidente, o PMDB vota contra essa matéria, porque seria um *bis in idem* — seria aprovar dois projetos que, a nosso ver, tem o mesmo objetivo. Com todo o respeito que temos pelas proponentes da matéria, votamos contrariamente à sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Em votação a matéria.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Rejeitada.

Rejeitada a proposta na Câmara, deixa de ser submetida ao Senado.

A matéria vai ao Arquivo.

É a seguinte a proposta rejeitada.

PROPOSTA DE DELEGAÇÃO LEGISLATIVA Nº 6, DE 1979

Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei, dispondo sobre a criação do Ministério da Mulher e da Criança.

Sr. Presidente do Senado Federal:

Propomos, nos termos do art. 52 da Constituição Federal, sejam delegados ao Presidente da República poderes para elaboração de lei dispondo sobre a criação do Ministério da Mulher e da Criança.

A lei delegada deverá:

1 — dispor sobre as atividades compreendidas na área de competência do Ministério da Mulher e da Criança assim desdobradas:

1. a) Política salarial sem discriminações.
1. b) Maior participação nos Três Poderes.

1. e) Mesmo tratamento perante as Leis (incluindo o Código Civil).

1. d) Não distorção da imagem da mulher pelos meios de comunicação tratando-a como objeto.

1. e) Respeito à integridade física da mulher.

1. f) Não confundir diferenças físicas e psicológicas com inferioridades para exercer funções.

1. g) Assistência à Criança (menor carente e abandonado).

1. h) Criação de Creches — A creche hoje é considerada um dos fatores mais importantes na integração da mulher na força de trabalho e, sem dúvida, um dos melhores meios de se enfrentar, com realidade, o problema do menor.

— Escolas totalmente Gratuitas para o menor;

1. i) Criação de Centros de Recreação para a juventude; maior número de Play-Grounds para as crianças.

1. j) Aumento da oferta de trabalho para o menor.

1. k) Maior número de "Ruas de Lazer" a exemplo do que vem sendo feito nas grandes cidades.

1. l) Colaboração das Forças Armadas ajudando a recuperação de menores, duplicando a participação dos jovens nos esportes, Educação física.

1. m) Incentivo ao Escotismo e Bandeirantes.

1. n) Facilidade de Adoção. Incentivar a sociedade nessa participação.

1. o) Construção e Fazendas-Escolas para acolhimento e profissionalização de menores totalmente abandonados.

2 — Instituir a estrutura básica do Ministério, que compreenderá:

2. a) Órgãos de Assistência direta ao Ministro de Estado.

2. b) Gabinete do Ministro (GM)

2. c) Consultoria Jurídica (CJ)

2. d) Coordenação de Relações Públicas (CRP)

2.1 — Órgãos setoriais de coordenação e controle financeiro:

2.1 -a) Secretaria-Geral (SG)

2.2 — Órgãos técnicos integrantes.

2.2 -b) Secretaria e Serviços Médicos (SSM)

2.2 -c) Secretaria de Assistência Social (SAS)

2.2 -d) Secretaria de Assistência do Menor Carente e Abandonado (SAMCA)

2.3 — Órgãos centrais de direção:

2.3 -a) Departamento de Pessoal (DP)

2.3 -b) Departamento de Administração (DA)

2.3 -c) Departamento de Transporte (DT)

2.3 -d) Departamento de Fiscalização (DF)

2.4 — Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher e do Menor. (CDMM)

3 — Estabelecer o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da promulgação da lei delegada, para sua regulamentação pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Item 2:

Votação, em turno único, da Proposta de Delegação Legislativa nº 7, de 1979, que propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando o Ministério da Família e do Menor.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta de 22 de maio de 1984, às 11 horas, ficando a votação adiada por falta de "quorum".

Em votação a matéria.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitada.

Rejeitada a proposta na Câmara, deixa de ser submetida ao Senado.

A matéria vai ao arquivo.

É a seguinte a proposta rejeitada

PROPOSTA DE DELEGAÇÃO LEGISLATIVA Nº 7, de 1979 (CN)

Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando o Ministério da Família e do Menor.

Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do disposto no art. 52 da Constituição Federal, propomos sejam delegados poderes ao Presidente

da República, para elaboração de lei criando o Ministério da Família e do Menor e outras providências.

A lei delegada deverá consubstanciar as seguintes medidas:

1 — Vinculação e integração da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) na estrutura administrativa do Ministério do Menor, inclusive como órgão executivo, em colaboração com os órgãos dos Estados,

2 — Criação do Conselho Nacional da Família e do Menor, com a atribuição primordial de traçar as diretrizes e bases da Política Social do Governo;

3 — Criação da Justiça especializada de menores, com jurisdição em todo o Território Nacional, desvinculada da justiça comum.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Item 3:

Votação, em turno único, da Proposta de Delegação Legislativa nº 8, de 1979, que propõe delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre a criação do Ministério da Família e do Menor.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta de 22 de maio de 1984, às 11 horas, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Em votação a matéria.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitada.

Rejeitada a proposta na Câmara, deixa de ser submetida ao Senado.

A matéria vai ao Arquivo.

É a seguinte a proposta rejeitada

PROPOSTA DE DELEGAÇÃO LEGISLATIVA Nº 8, de 1979

Propõe a delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre a criação do Ministério da Família e do Menor.

(Da Deputada Júnia Marise Azeredo Coutinho)

Senhor Presidente do Senado Federal:

Propomos, em conformidade com o preceituado no art. 52, da Constituição Federal e art. 119, do Regimento Comum, sejam delegados poderes ao Senhor Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre a criação do Ministério da Família e do Menor.

A lei delegada deverá:

1) criar a estrutura básica e o quadro de pessoal do Ministério da Família e do Menor;

2) promover a integração, no âmbito do Ministério da Família e do Menor, da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor — FUNABEM, da Legião Brasileira de Assistência — LBA, e demais entidades congêneres, dinamizando-as e adaptando-as às novas finalidades;

3) estabelecer os seguintes assuntos como atribuições privativas do Ministério da Família e do Menor:

a) definição e coordenação das medidas de política familiar adotada pelo Governo Federal, notadamente no que diz respeito ao planejamento familiar;

b) fixação e execução de programas, nas áreas urbanas, visando ao amparo das famílias marginalizadas em geral e, em especial, das famílias prejudicadas com as migrações internas, tanto inter-regionais quanto no sentido rural-urbano;

c) assistência à maternidade e ao lactante, ingrando o Ministério da Família e do Menor à organização sistêmica que objetiva a execução do Programa Nacional de Saúde Materno-Infantil;

d) definição e coordenação de questões relativas à política familiar; relações com os Departamentos Ministeriais ou Administrações responsáveis pelos diferentes aspectos da política familiar e, notadamente dos problemas de seguro social, alojamento, demografia, trabalho feminino, educação, fiscalização, transportes;

e) problemas jurídicos, sociais e morais; Estatuto Jurídico da família (em conexão com o Ministério da Justiça);

f) educação familiar: regulação de nascimento, estabelecimentos de informação de consulta ou de conselho familiar, aspectos sociais da interrupção voluntária da gravidez;

g) ação social em favor das famílias: relações com as Associações e organismos familiares; subvenções, determinação, reporte e controle da aplicação do fundo especial de União das Associações familiares;

h) organização da Festa das Mães;

i) Medalha da Família brasileira;

j) relações com os diferentes departamentos Ministeriais ou Administrativos concernentes à política de desenvolvimento da vida social;

k) aplicação da legislação e de regulamentação relativa à família e à infância. Estudo e colocação em abertura das medidas próprias para facultar o desenvolvimento da vida social e a prevenir os riscos de inadaptção social;

l) coordenação da política de ação social com as intervenções, mescladas, por outro lado, em matéria de urbanismo, habitação, ação cultural;

m) política humanística contra os fenômenos de exclusão social e medidas de reinserção, na sociedade, das vítimas desses fenômenos, procurando meios, prevenções e cuidados e readaptação das crianças não escolarizadas, com controle e regulamentação dos estabelecimentos de guarda das crianças (creches, abrigos, etc.);

n) promover, em âmbito nacional, a instalação de uma rede de creches, especialmente nas regiões de concentração industrial, para os filhos da mulher trabalhadora;

o) assistência pré-escolar, através de escolas maternas e jardins de infância, ao menor carente contido na faixa de 3 a 6 anos de idade, cuja renda familiar não ultrapasse o limite de 2 salários mínimos regionais;

p) adoção de medidas mais eficazes de atendimento ao menor abandonado, de modo a assegurar-lhe efetivamente a segurança social referida na Declaração Universal dos Direitos da Criança, da qual o Brasil é um dos signatários;

q) assistência especializada ao menor marginalizado de conduta anti-social, através de métodos pedagógicos adequados a medidas terapêuticas eficientes;

r) definição e execução de uma política de prevenção de desajustamentos sociais, como delinquência juvenil, prostituição, toxicomania e alcoolismo;

4) estudos e implantação de programas de ascensão social e melhoria salarial da mulher brasileira, no qual tratar-se-ão, dentro de um relacionamento humano e social, de todos os aspectos ligados à mulher trabalhadora, legislações específicas que visem seu perfeito enquadramento dentro das normas de direitos e deveres, adaptando-as à realidade social e à sua efetiva participação em todos os setores de atividades. Neste contexto, evidentemente, a mulher brasileira, que está em pleno exercício de suas atividades profissionais, a que trabalha em fábricas, doméstica, engenheira, médica, jornalista, advogada, economista, geógrafa, psicóloga, arquiteta, professora, enfim todas as atividades profissionais, encontrará neste Ministério o órgão diretriz, objetivando aprimorar a posição profissional da mulher no campo de trabalho;

5) estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias, contado a partir de sua promulgação, para a respectiva regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — nos termos do art. 55, § 1º, "In Fine", da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 10 minutos, neste Plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs. 9 e 13, de 1985 — CN (8ª sessão); e 12 e 14, de 1985 — CN (3ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 8 minutos.)

Ata da 218ª Sessão Conjunta, em 15 de agosto de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 19 HORAS E 10 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Cesar Cals — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Severo Gomes — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Raulino Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PFL; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbuge — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PFL; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Edme Tavares — PFL; João Agripino — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Renan Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Mário Lima — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDT; Dasso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Francisco Studart — PFL; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PMDB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saranago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Cristóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Uliisses — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Manoel Costa

Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Cane-do — PFL; Rondon Pacheco — PDS; Roseburgo Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Ailton Sandoval — PMDB; Ailton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PFL; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoíno — PT; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Samir Achôa — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; José Tavares — PMDB; Mattos Leão — PMDB; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Paulo Melro — PFL; Pedro Colin — PFL; Vilson Kleinubing — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amáury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS; Emílio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido

Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélou Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Pedro Germano — PDS; Prati-ni de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS.

Amapá

Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PFL.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusa o comparecimento de 46 Srs. Senadores e 275 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência convoca Sessão Conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à leitura da Mensagem nº 52, de 1985-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.156, de 1984.

O Sr. Valmor Giavarina — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. VALMOR GIVARINA (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é evidente a falta de *quorum* e, assim sendo, na forma regimental, requiro a V. Exª o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência defere o requerimento de V. Exª e encerra a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 15 minutos.)

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre o texto do Decreto-lei nº 2.150, de 3 de julho de 1984, que "reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como os das pensões, e dá outras providências", submetido à deliberação do Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República, através da Mensagem nº 42, de 1985-CN.

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1985

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, às dezessete horas, na Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Marcelo Miranda, Mauro Borges, Mário Maia, Alfredo Campos, Gabriel Hermes, César Cals, Guilherme Palmeira, Alcides Sampaio e Deputados Ernesto de Marco, João Hercúlio e José Frejat, reúne-se a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer sobre o texto do Decreto-lei nº 2.150, de 3 de julho de 1984, que "reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como os das pensões, e dá outras providências", submetido à deliberação do Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República, através da Mensagem nº 42, de 1985-CN.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores João Castelo, Alveir Leal e Deputados Irineu Brzesinski, Genésio de Barros, Myrthes Bevilacqua, João Alves, Etelvir Dantas, Júlio Martins, Francisco Erse e Bento Porto.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Gabriel Hermes que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Gabriel Hermes, convida o Senhor Deputado João Hercúlio para servir de escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:
Para Presidente:
Senador César Cals 10 votos.
Senador Alcides Paio 02 votos.
Para Vice-Presidente:
Deputado Bento Porto 10 votos.
Deputado José Frejat 02 votos.
São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senador César Cals e Deputado Bento Porto.

Assumido a Presidência o Senhor Senador César Cals agradece, em nome do Deputado Bento Porto e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Ernesto de Marco para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Martinho José dos Santos, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 16, de 1984-CN, que "estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa, relativas ao tratamento favorecido, diferenciado e simplificado à Microempresa, no campo administrativo, tributário, trabalhista, previdenciário e creditício".

7ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 1984

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às quinze horas, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Virgílio Távora, Alexandre Costa, Jutahy Magalhães, Lourival Baptista, Octávio Cardoso, Morvan Acaçaba, Severo Gomes, José Ignácio Ferreira e Deputados Jessé Freire, Israel Pinheiro, Siqueira Campos, Antônio Osório, Djalma Bessa, Genebaldo Correia, José Tavares, Sigfried Heuser, Horácio Ortiz e Floriceno Paixão, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 16, de 1984-CN, que "Estabelece normas integrantes do estatuto da Microempresa, relativas ao tratamento favorecido, diferenciado e simplificado à Microempresa no campo administrativo, tributário, trabalhista, previdenciário e creditício".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores João Calmon, Gabriel Hermes, Fábio Lucena e Deputado Pedro Sampaio.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Senador Severo Gomes, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente comunica haver recebido Ofícios propondo substituições na composição dos membros da Comissão: da Liderança do Partido Democrático Social — PDS, no Senado Federal, indicando o Senhor Senador Almir Pinto para substituir o Senhor Senador Benedito Ferreira; da Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, no Senado Federal, indicando o Senhor Senador Martins Filho em substituição ao Senhor Senador Cid Sampaio; da Liderança do Partido Democrático Social — PDS, no Senado Federal, indicando os Senhores Senadores Virgílio Távora, Alexandre Costa e Octávio Cardoso, em substituições aos Senhores Senadores Almir Pinto, Jorge Kalume e Eunice Michiles; da Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, no Senado Federal, indicando o Senhor Senador João Calmon para substituir o Senhor Senador Martins Filho, da Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, na Câmara dos Deputados, indicando o Senhor Deputado Horácio Ortiz para substituir o Senhor Deputado Jorge Leite, anteriormente, designados.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado Siqueira Campos que solicita a dis-

pensa da leitura do parecer pelo Senhor Deputado Jessé Freire, Relator.

Posto em votação, é a sugestão aprovada.

O Senhor Presidente comunica que em virtude do conhecimento do parecer pelos membros da Comissão colocará o mesmo em votação, ressalvados os Destaques e, que, a discussão da matéria se dará quando da discussão destes. Posto em votação, é o parecer aprovado nas condições propostas, no qual acolhe, integralmente, as Emendas de nºs 25, 27, 28, 33 a 37, 54, 55, 56, 59, 60, 63, 67 a 70, 73, 98 e 106; acolhe parcialmente as de nºs 1, 2, 16 a 22, 24, 29, 38 a 41, 44, 52, 53, 61, 62, 64, 71, 74, 76, 78 a 80, 83, 85 a 87, 95, 99 a 105, 107 a 114, 116, 135, 136, 138 a 146, 152, 156 a 162, e as alterações da lavra do Relator, sendo rejeitadas as demais emendas.

Continuando, o Senhor Presidente comunica que há sobre a Mesa 16 Destaques e que colocará em discussão a matéria.

Colocada em discussão, fazem uso da palavra os Senhores Deputados Floriceno Paixão, Sigfried Heuser, José Tavares, Genebaldo Correia, Djalma Bessa, Israel Pinheiro Filho e Senador Jutahy Magalhães, e, por último, o Relator, Deputado Jessé Freire.

A Comissão após o exame do parecer do Relator, resolve apresentar seu parecer concluindo-o por um Substitutivo, no qual reproduz o Substitutivo do Relator, nele introduzindo, com sua anuência, alterações recomendadas por Destaques aprovados, inclusive no que se refere ao aproveitamento total da Emenda nº 94, e, em parte, a de nº 163.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando, eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico dos debates.

ANEXO À ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL, INCUMBIDA DE EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 16, DE 1984-CN, QUE "ESTABELECE NORMAS INTEGRANTES DO ESTATUTO DA MICROEMPRESA, RELATIVAS AO TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO À MICROEMPRESA NO CAMPO ADMINISTRATIVO, TRIBUTÁRIO, TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIO E CREDITÍCIO". REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 1984, ÀS 15:00 HORAS, INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR SENADOR SEVERO GOMES, PRESIDENTE DA COMISSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Está aberta a reunião.

A Comissão reúne-se para discutir e votar o parecer do Relator sobre o Projeto de Lei nº 16, de 1984, que estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa.

Pelo art. 129, do Regimento Interno do Senado, propõe a dispensa a leitura da Ata de reunião anterior.

Comunico as seguintes substituições de membros desta Comissão: da Liderança do Partido Democrático Social — PDS, no Senado Federal, indicando o Senhor Senador Almir Pinto para substituir o Senhor Senador Benedito Ferreira; da Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, no Senado Federal, indicando o Senhor Senador Martins Filho em substituição ao Senhor Senador Cid Sampaio; da Liderança do Partido Democrático Social — PDS, no Senado Federal, indicando os Senhores Senadores Virgílio Távora, Alexandre Costa e Octávio Cardoso, em substituições aos Senhores Senadores Almir Pinto, Jorge Kalume e Eunice Michiles; da Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, no Senado Federal, indicando o Senhor Senador João Calmon para substituir o Senhor Senador Martins Filho, da Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, na Câmara dos Deputados, indicando o Senhor Deputado Horácio Ortiz para substituir o Senhor Deputado Jorge Leite, anteriormente, designados.

Concedo a palavra ao Deputado Jessé Freire, Relator da matéria, para leitura do seu parecer.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS — Pela ordem Sr. Presidente, é de amplo conhecimento de todos os membros dessa Comissão o parecer bem elaborado pelo nobre Deputado Jessé Pinto Freire.

Pediria a V. Ex^a, em razão desse amplo conhecimento, dispensar a leitura do parecer, para entrarmos de imediato na discussão — das suas conclusões.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Os Srs. membros da Comissão que estiverem de acordo com a proposta Siqueira Campos permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está dispensada a leitura.

Eu imagino que se nós pudéssemos discutir e aprovar o substitutivo, ressalvados os destaques, aí então andaríamos com mais rapidez...

Os Srs. membros da Comissão têm conhecimento do substitutivo. Nesse caso eu submeteria à votação o substitutivo, ressalvados os destaques.

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Qual é o prazo que V. Ex^a daria para se apresentar os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Terminada a votação do substitutivo, nós faríamos um pequeno intervalo e aí entraríamos no debate dos destaques.

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Para que se elaborem os pedidos dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Perfeitamente.

Então nós vamos submeter à votação o substitutivo apresentado pelo Relator.

Os Srs. membros da Comissão que estão de acordo com o substitutivo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o substitutivo, ressalvados os destaques. Nós então suspenderíamos por 10 minutos a sessão para examinarmos a questão da apresentação e discussão dos destaques.

(Foi suspensa a sessão às 15h e 15min e aberta às 15h e 52min)

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — A Mesa recebeu 16 destaques apresentados.

O primeiro deles, do Deputado Floriceno Paixão, refere-se ao artigo 2º da emenda.

Eu gostaria de lembrar que, de acordo com o nosso Regimento, a emenda destacada e aprovada prejudica as demais que versam sobre o mesmo assunto. Nós temos aqui emendas que versam sobre o mesmo assunto, de tal maneira que, aprovada uma emenda, ela prejudica as que se seguem.

Com a palavra o Deputado Floriceno Paixão.

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares:

Trata-se da questão de se limitar ou de se fixar o mês de referência para o cálculo das 10 mil ORTN. Em muitas emendas apresentadas, inclusive através do Substitutivo do Deputado Aldo Pinto e também por mim subscrito, nós propusemos que, ao invés do mês de janeiro, seja fixado o mês de dezembro de cada ano para a referência do valor das 10 mil ORTN. Isto porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, com a inflação acelerada que nós vimos tendo e que não se sabe por quanto tempo vai durar, a redação original do Projeto, encampado pelo autor do Substitutivo, praticamente vai reduzir a metade ou a menos da metade esse valor de 10 mil ORTN no início do ano. Se fosse no fim do ano, no mês de dezembro, a fixação, beneficiaria muito mais o microempresário e a sua empresa. E são várias as emendas, além da minha, apresentadas. Casualmente eu estou vendo uma aqui, do Senador Albano Franco, cuja justificação é a seguinte: "Com base na inflação, a redação original do projeto fará que fique reduzido a menos da metade o limite imposto, inviabilizando o estatuto, tornando as microempresas menores do que são e criando uma defasagem muito grande entre essas e as pequenas empresas. Portanto, nada mais acertado do que tomar-se, por base para cálculo da receita bruta anual a ORTN do mês de dezembro do ano-base. Acrescente-se que a prevalecer em limite constante do projeto, as microempresas não terão qualquer benefício em relação à situação atual". Eu faço uma justificação semelhante, não

tive a oportunidade de localizar, vale a parte da justificação relativa a esse artigo 2º nessas condições, eu apelo ao plenário da Comissão Mista, objetivando a aprovação da emenda de autoria do Deputado Aldo Pinto, subscrita por mim também, como também outras emendas apresentadas a respeito desse mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Em discussão.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Sobre a justificativa, a respeito desse art. 2º, meu caro Deputado Floriceno, no Parecer do Relator, em relação ao seu Substitutivo, eu dei como parcialmente aprovada a sua proposição. No que tange ao problema da anualidade, em relação ao cálculo da ORTN do mês de dezembro, parece-me que aí nós modificaríamos por completo a idéia do Poder Executivo, cujo projeto limita em 10 mil ORTN tendo por base o mês de janeiro. Só para nós termos uma idéia, este ano, uma microempresa com faturamento de 10 mil ORTN, baseado no mês de janeiro, seria algo em torno de 80 milhões de cruzeiros. Se nós calculássemos a ORTN do mês de dezembro, que está em torno de 22 mil cruzeiros, nós teríamos aí 220 milhões de cruzeiros.

O SR. SIEGFRIED HEUSER — Permite-me um aparte?

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Com prazer, nobre Deputado Siegfried Heuser.

O SR. SIEGFRIED HEUSER — Realmente a emenda está pretendendo o máximo, embora justo, já que ela vai prevalecer como uma base para o exercício seguinte. Pode ser um tanto inconveniente mas, por outro lado, peca pela mesma inconveniência, se nós tomarmos o mês de janeiro, lá no início. Então seria de se indagar se não haveria um meio termo para esse conceito?

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — É difícil. No meu entender, nós estudamos isso com muito carinho, e é muito difícil se fazer esse meio termo, que seria uma média dos meses decorridos. Isso seria muito complicado, iria trazer grandes dificuldades para o microempresário e também para a receita. E o Governo acredita, segundo o Dr. Piquet Caneiro informou, que este cálculo de 10 mil ORTN do mês de janeiro é o admissível, é o permitido pelo Governo Federal na perda da arrecadação tributária.

O SR. JOSÉ TAVARES — V. Ex^a permite?

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Por favor.

O SR. JOSÉ TAVARES — Eu gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^a a respeito do seu entendimento da terminologia ano-base. Se este ano-base se refere ao exercício que nós estamos atravessando ou se o ano-base é o ano passado, por exemplo.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Não, o ano-base do exercício da empresa, se ela for criada ou se ela se inicia no ano de 1984, janeiro do ano-base é janeiro de 1984. A ORTN seria a do mês de janeiro de 1984.

O SR. JOSÉ TAVARES — Eu queria levantar uma questão de ordem, Sr. Presidente, se for possível.

Está sendo discutido a emenda que procura alterar o artigo 2º; como eu também tenho uma emenda nesse mesmo sentido, eu questiono de V. Ex^a se eu posso defender minha emenda agora ou se a defenderei em outra oportunidade?

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — De acordo com o Regimento, a emenda destacada e aprovada prejudica as demais que versam sobre o assunto. De tal maneira nós temos uma aprovação dessa emenda, ela vai prejudicar outras que estejam tratando do mesmo assunto.

Com a palavra o Sr. Vice-Presidente.

O SR. JUTHAY MAGALHÃES — Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria apenas de solicitar a V. Ex^a, para nós ordenarmos os nossos trabalhos, que todos aqueles que desejarem discutir a emenda com destaque solicitado, que discutam por um determinado prazo estipulado por V. Ex^a.

O Relator ficaria para falar por último. Porque, como está no momento, está sendo a sabatina do Relator e nós

nunca terminaremos aqui os nossos trabalhos. Todos aqueles que desejarem falar sobre os destaques terão um determinado tempo, o Relator encerrará os debates dando a sua opinião. Colhidos os votos, então passaremos a outros destaques.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — No nosso entendimento isso modificaria sobremaneira o cálculo do que seria considerado microempresa, seria uma mudança radical. Considero que nós não podemos elaborar uma lei, aprovar um projeto, baseados numa situação anormal como esse ano de 1984, com uma inflação de 200 e poucos por cento. Acho que, eventualmente nós estamos tendo um processo inflacionário realmente surpreendente. Mas isso não pode ser tomado por base para a elaboração de uma Lei. E também isso irá atingir sobremaneira o cálculo estipulado pelo Poder Executivo em relação à perda de receita.

Também perguntaria aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores: como seria possível a empresa calcular o seu desempenho durante o ano sobre a ORTN do mês de dezembro? Então, qual seria a inflação de janeiro a dezembro, qual seria o valor dessa ORTN de dezembro? Ficaria muito difícil para o microempresário, ao passo que sendo a ORTN calculada sobre o mês de janeiro, isso seria realmente bem mais fácil para o microempresário.

Então eu considero que deva ser mantido o cálculo da ORTN sobre o mês de janeiro do ano-base, que seria o ano que a empresa iniciasse as suas atividades.

O SR. SIEGFRIED HEUSER — A ser procedente a base do cálculo enunciada pelo eminente Relator, onde nós devêssemos fazer uma estimativa para o mês que ainda não tinha acontecido, evidentemente que a emenda não teria sentido nenhum.

Mas a emenda visa exatamente tomar uma referência certa e definida do ano anterior. Não é algo em si, é algo que já se verificou. Assim como nós tomamos o mês de janeiro, nós preconizamos para o exercício o mês de dezembro, que teria concluído imediatamente antes; em janeiro, tomaríamos dezembro. Por isso que, considerando mesmo a perspectiva que o Poder Público Federal tem em termos de arrecadação e conseqüente isenção, me parece também, digamos; um pouco excessiva a postulação, mas se nós postulamos para o exercício, digamos, o mês de julho do ano-base e não o mês de janeiro do ano-base, decorridos os 12 meses já e também não mesmo dizendo que é imediatamente anterior.

Mas creio que poderíamos harmonizar isso num meio-termo: não dezembro, tampouco janeiro, eventualmente, junho ou julho. É a média do ano anterior perfeitamente conhecida. Não é algo em si, é algo que já aconteceu, uma base já verificada.

Quem sabe o eminente Relator ainda poderia considerar estudando, ponderando a realidade, porque o argumento de que nós não estamos legislando para períodos atípicos, inflação de 200 e tantos por cento, mas mesmo que atípico fosse, que fosse de 50, 60, 100% sempre estaria presente a injustiça de tomarmos um mês, 12 meses anteriores. Serviria para qualquer tipo, normal ou anormal. Eu concordo perfeitamente com o Relator que atingiria sim uma área imprevista, se nós tomássemos dezembro o mês imediatamente anterior. Mas se nós tomássemos o meio-termo e a média que fosse, me parecia que aí teria eficácia, mas se tomarmos 12 meses, 1 mês, o 12º mês anterior, perderia a eficácia dos objetivos que a lei pretende atingir.

Apenas a título de colaboração, porque esse é um dos pontos muito importante do projeto.

Há vários, há oito ou dez emendas nesse sentido.

O SR. GENEALDO CORREIA — Em relação à própria legislação, o Imposto de Renda e também no primeiro projeto elaborado pelo Ministro Hélio Beltrão, o limite era 4 mil ORTN do mês de dezembro.

Eles, então, alteraram, colocando dez mil ORTN do mês de janeiro, que, em conseqüência da inflação, veio a corresponder a mesma coisa: Se nós colocarmos dez mil ORTN do mês de dezembro, nós vamos aumentar substancialmente o limite da microempresa. Acho que essa expressão "ano-base" tradicionalmente é entendido como ano anterior e acho que a redação poderia talvez, quem sabe, ser modificada, para que isso ficasse mais clara, poderia até se tomar como sugestão a metade, mês de junho, mas do ano-base, considerando o ano-base o ano anterior.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Meu caro Deputado Genebaldo Correia, no art. 2º, parágrafo 1º diz: "Para efeito de apuração da receita bruta anual será sempre considerado o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano-base". Então eu acho que aí fica configurado que este ano-base não é o ano anterior, esse ano-base é o ano em que a empresa foi formada.

O SR. GENEALDO CORREIA — Aí fica a dúvida, o advogado vai em cima disso...

O SR. SIEGFRIED HEUSER — V. Exª apresentou sua declaração de rendimentos de exercício de 1984, ano-base 1983, sempre o ano anterior.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Mas veja bem, eu acredito que se nós colocássemos o exercício corrente, nós resolveríamos o problema. Eu não vejo, sinceramente, problema, mas concordo que seja modificado. Vamos colocar, então, exercício corrente. Tanto no art. 2º como também no parágrafo primeiro.

(A parte fora do microfone)

O SR. DJALMA BESSA — Quando chega em janeiro, qual é a arrecadação, qual é o faturamento da empresa? Não se sabe ainda, vai se saber em 31 de janeiro. Então ele vai ter que esperar todo o mês de janeiro para saber disso em fevereiro. Então, se quiser colocar janeiro como em curso, é preferível aceitar dezembro do ano-base, quer dizer, do ano anterior.

O SR. SIEGFRIED HEUSER — Inclusive o IPI, por exemplo, de que está isento, vai ser declarada alíquota zero, o mês de janeiro.

Eu, por exemplo, acho que deve ser mantido dezembro o mês imediatamente anterior, ao ano-base, tornando ano-base como ano corrente.

O SR. DJALMA BESSA — Eu perguntaria se o exercício-base não resolveria o problema.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Aí nós vamos entrar em outra área, aí nós vamos modificar o valor.

Deputado Djalma Bessa, eu não vejo problema que seja mantido ano-base. Para mim está bastante claro aqui que este ano-base não seria o mesmo ano-base do caso do Imposto de Renda. Mas poderíamos modificar para exercício-base.

O SR. GENEALDO CORREIA — Sr. Relator, eu acho que o mês de junho seria a solução, porque seria uma média do ano anterior.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — junho do ano anterior?

O SR. GENEALDO CORREIA — Do ano-base, considerado ano-base como ano anterior.

O SR. SIEGFRIED HEUSER — Não dezembro, como propõe a emenda, mas também não janeiro, como propõe o projeto.

O SR. GENEALDO CORREIA — junho do ano-base, considerado ano anterior.

O SR. SIEGFRIED HEUSER — É um meio-termo razoável pelo menos por um...

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Então, nós temos a emenda e temos uma proposta de uma subemenda. Junho do ano-base.

O SR. SIEGFRIED HEUSER — Junho ou julho do ano-base, não dezembro, como a emenda.

O SR. JOSÉ TAVARES — Mas eu não entendo esse ano-base como sendo ano anterior, nesse caso aqui eu não entendo.

O SR. SIEGFRIED HEUSER — É, ele realmente causa muita confusão. O cidadão faz a sua declaração de renda e do exercício fiscal. Exercício de 1984 é aquela estimativa orçamentária que é o orçamento fiscal da União, no caso, a nível federal. Então é o exercício de 1984 que, no caso de impostos, e aqui está se dando tratamento idêntico, é sobre o que se verificou no ano-base. Aquele ano que decorreu, se o projeto pede o mês de janeiro do ano-base é um exagero, porque numa inflação de 200 e tantos por cento...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Exercício do ano corrente, exercício do ano que terminou, aí facilita tudo.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — O ano-base seria o ano anterior para a empresa que estivesse se registrando hoje.

O SR. JOSÉ TAVARES — Permite-me fazer uma colocação para reflexão dos membros da Comissão, Sr. Presidente?

Tem uma emenda de nossa autoria, que é exatamente sobre esse dispositivo, a Emenda nº 13, que vou me permitir ler.

Considera microempresa...

(Leitura não entregue à Taquigrafia.)

Na minha justificativa, que eu gostaria também de ler, diz o seguinte: Sugere-se que a base do valor das dez mil ORTN, para a verificação do enquadramento das microempresas, seja a média aritmética anual do valor desses títulos. O que se justifica porque, a qualquer período do ano, o microempresário terá condição de verificar a média das ORTN até o mês em questão com a soma do seu faturamento.

Num processo inflacionário acelerado, como o atual, se se tomar como base o mês de janeiro, o empresário poderá verificar, mais no final do exercício, que não mais se enquadra nos benefícios do estatuto, cuja insegurança, dificulta sua autogestão.

Se tomarmos como base a ORTN do mês de dezembro, o faturamento ficará subestimado, porque o crescimento inflacionário nele embutido será incompatível, menor do que o embutido na ORTN. Haveria compatibilidade se a ORTN de dezembro fosse a base para faturamento também de dezembro.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Eu pediria, Sr. Presidente, que fosse concedido ao Relator o direito de dar como aprovado, aquilo que, no seu entender, está correto. De outro modo eu vou ficar eternamente sabatinado.

Neste caso aqui do art. 2º, meu entendimento é que deve ser mantido o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Então vamos pôr em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Para uma questão de ordem, concedo a palavra a V. Exª

O SR. JOSÉ TAVARES — Está me parecendo que o destaque que foi apresentado deve ter um objetivo. O objetivo me parece não foi bem explicitado. O objetivo do nobre Deputado é no sentido de que determinadas empresas, ao chegar ao fim do exercício, não tenham perda ocasionada pela inflação.

Nós saímos dessa discussão para uma outra discussão, totalmente diferente. Esse destaque do nobre Deputado deveria, na minha maneira de ver, explicitar melhor qual seu objetivo. O objetivo dele é evitar que determinadas empresas não sejam prejudicadas com o valor das 10 mil ORTN, que no mês de janeiro que devem ser menor do que em dezembro, no fim do exercício.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Mas, de qualquer maneira, o que se discutiu aqui foi, em tese, isso. Porque a data da fixação é a que vai influir, e como disse o Deputado Genebaldo Correia o número de ORTN já foi colocado em 10 mil para, de uma certa maneira, fazer a correção do processo inflacionário.

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Sr. Presidente, pela ordem.

Parece-me que eu ouvi o Sr. Relator acolher a emenda que dá o mês de dezembro a referência do ano-base. Se não me engano, agora, estaria disposto a acolher a emenda que dá como referência de fixação...

O SR. — Eu pergunto, então nós poderíamos baixar para 4 mil e deixar dezembro.

O SR. — Aí, absolutamente, ninguém vai compreender isso.

Tudo é relativo, porque não foi em função da referência que se elevou esse teto para 10 mil ORTN, absolutamente; porque se sabe que 10 mil ORTN anuais representam muito pouco para a microempresa.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Veja bem, o meu receio é que seja vetado pelo Governo, meu receio é este.

O SR. — É relativo o problema. Isso vai colocar o projeto todo em cheque.

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Mas há uma subemenda oferecida oralmente pelo Deputado Siegfried Heuser colocando o mês de junho, a metade do ano, dando uma média aritmética aceitável.

Agora, absolutamente, Sr. Relator, nós não queremos colocar em cheque o projeto, em virtude de um detalhe.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Mas, num ano como esse de 1985, modificar de janeiro para junho, isso implica praticamente em dobrar o faturamento. Porque numa inflação de 200 e tantos por cento...

O SR. DJALMA BESSA — Acontece o seguinte: não há uma correção semestral, de maneira que se fixa um mês, aqueles que se instalaram, se implantaram no 1º mês, vão ter o mesmo problema. Aí a fórmula seria uma correção trimestral ou semestral, porque se é durante o ano, a dificuldade vai ser a mesma. De maneira que o ideal seria que se fixasse qual a proposta do Relator.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — A proposta do Relator é que seja mantido o parecer do Relator. E nós poderemos colocar no exercício base...

O SR. DJALMA BESSA — A proposta é dezembro?

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Quatro mil ORTN em dezembro.

O SR. — A proposta do Deputado Floriceno Paixão seria de 10 mil ORTN no mês de dezembro.

O SR. DJALMA BESSA — Mês de dezembro, muito bem. E quando chegar as empresas que se organizarem em novembro, a importância não está completamente defasada.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Deputado Djalma Bessa, o que eu acredito é que o Relator quando fez o seu parecer, deve ter examinado todas essas questões de despesas, bem como as possibilidades que o Executivo também teria para poder trabalhar dentro daqueles parâmetros estabelecidos no seu substitutivo, e nós não podemos aqui, agora, ficarmos mercadejando: e vamos dar mais 50%, vamos dar 20% eu dou 20, tora 10, não sei o que; assim nós vamos chegar ao final. Eu acho que cada um de nós que tem a sua sugestão a apresentar, apresente a sua sugestão e Relator fica para o último debatedor desta emenda, que dará sua opinião, de acordo com os debates e com aquilo que ele ouviu, para então, aí começar a dizer se pode ou não se pode atender às sugestões que foram apresentadas. Essa é a opinião que eu dou para que nós possamos orientar os nossos trabalhos. Porque, se nós ficarmos tentando aqui chegar a um acordo a respeito de cada substitutivo, de cada destaque, perdoem-me, mas nós não iremos longe.

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Sr. Presidente, então eu peço que submeta a voto, já o parecer do Relator contrário ao que se refere a emenda. Nós vamos decidir logo e passar para outra.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Vamos submeter a voto o destaque oferecido pelo Deputado Floriceno Paixão.

Os Srs. membros da Comissão que estão de acordo com o destaque do Deputado Floriceno Paixão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Seria interessante que V. Exª esclarecesse antes no que consiste esse destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — O destaque do Deputado Floriceno Paixão é estabelecendo o mês de dezembro do ano anterior...

O SR. JOSÉ TAVARES — Do ano-base ou do ano anterior, Sr. Presidente.

O SR. GENEALDO CORREIA — Do ano-base, entendido como ano anterior.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Os Srs. Deputados que estão de acordo com o destaque oferecido

pelo Deputado Floriceno Paixão que permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitado o destaque e permanece o texto oferecido pelo Sr. Relator.

O segundo destaque é de autoria do Deputado Genebaldo Correia.

Art. 3º Parágrafo único. O que indaga o Deputado Genebaldo Correia é que, como não há § 1º nesse artigo, não se entende o que se diz o parágrafo único, que diz "O disposto nos itens três e quatro e no parágrafo único desse artigo não se aplica a participação".

Com a palavra o Deputado Genebaldo Correia.

O SR. GENEBALDO CORREIA — Eu tenho a impressão que aí houve um erro de datilografia.

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Sr. Presidente, pela ordem.

É o seguinte, eu quero saber em que ordem estão colocados os destaques. Pela ordem de chegada à Mesa ou...

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Não... é por artigo.

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Então eu creio que está mal colocada a matéria, porque ainda estamos na Emenda nº 1, e eu tenho outro destaque da Emenda nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — É por artigo.

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Não, da Emenda de Plenário nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Nós estamos seguindo o artigo do substitutivo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Se a Emenda nº 1 trata do art. 24 será discutido quando chegar ao art. 24.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Muito bem, então com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — O § 1º a que se refere o parágrafo único está incorporado aqui no inciso IV. Então foi um erro de datilografia. Agradeço ao Deputado Genebaldo Correia.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — O terceiro destaque é também uma proposta do Deputado Genebaldo Correia: art. 24, § 2º e 3º.

Então, é também um destaque proposto pelo Deputado Floriceno Paixão: art. 11, item 6.

Com a palavra o Deputado.

O SR. — Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu acho que antes do artigo 11 tem o artigo 3º. Tem várias emendas.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Destaque ou emenda?

V. Exª está se referindo a destaques relativos ao artigo 3º?

O SR. — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. — O artigo 2º também tem pedidos de destaques.

O SR. — Sr. Presidente, aí está a questão. Eu, por exemplo, tenho a Emenda nº 24 sobre esse mesmo artigo.

Quem falará, o autor da emenda menor, ou o autor da emenda de número maior?

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Deve ser o autor da emenda que entrou primeiro, porque está na ordem de entrada.

O SR. — Entrou, como, tem protocolo?

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Dizia a Emenda nº 33, do Deputado Horácio Hortiz. Suprima-se o item 6º do artigo 3º.

A Emenda nº 24, do Deputado Floriceno Paixão, diz: suprimam-se os incisos V e VI do artigo terceiro.

Com a palavra o Deputado Floriceno Paixão.

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Sr. Presidente, a emenda pretende suprimir essa discriminação que existe dentro do projeto da microempresa.

E a razão dessa discriminação não se desconhece. Eu, pelo menos, não vejo razões ponderáveis para se deixar

de fora as pessoas jurídicas prestadoras de serviços principalmente.

Nessa conformidade, Sr. Presidente, eu insisto no acolhimento não só da minha emenda, como também da Emenda nº 33, e de outros parlamentares que apresentaram essas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Em discussão.

O SR. HORÁCIO HORTIZ — Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, esta emenda representa um interesse de muitos Srs. Deputados, inclusive membros aqui da Comissão. O nobre Deputado Floriceno Paixão, pela Emenda nº 24, o nobre Deputado José Tavares, pela Emenda nº 29, o Deputado Israel Pinheiro Filho, pela Emenda nº 16, nós pela Emenda nº 33 e o Deputado Osvaldo Melo, pela Emenda nº 34.

Trata-se, Sr. Presidente, da necessidade desta lei da microempresa não discriminar contra os profissionais liberais. Em debate ocorrido com o Sr. Piquet Carneiro, executor desta lei, com orientação do antigo Ministro da Desburocratização, o espírito da lei é simplificar as operações comerciais e dinamizar a economia.

Os profissionais liberais — e aqui eu falo como o Presidente do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo — estão sendo discriminados, e eu acho que o espírito da lei foi a fixação daquele limite das 10 mil ORTNS. Os engenheiros, os médicos, os dentistas, os contabilistas, eles continuam pagando Imposto de Renda individualmente. Agora, com esta lei são discriminados, são os únicos que, após estudar 14 a 17 anos de curso superior, eles não têm o direito que tem o sapateiro ou açougueiro de fazer uma pequena empresa que é beneficiada com o microempresa.

Então, é absolutamente discriminatório; nós já discutimos em assembleia geral de todas as profissões liberais do País: a Federação dos Sindicatos de Profissões Liberais com a Federação dos Engenheiros, porque hoje nós temos uma crise particularmente na área das profissões liberais. Hoje, o jovem se forma engenheiro, se forma arquiteto, médico ou fica como empregado público ou nem tem oportunidade de ser funcionário público ou empregado de empresa e só lhe resta o caminho de uma pequena empresa, onde prestará serviços. Isso, a lei, da forma como está redigida, impedirá. Nós temos quase 40 mil desempregados entre os engenheiros do nosso Brasil e, 25 mil em São Paulo, que nem têm esses 2 ou 3 ou 4 milhões que hoje se cogira para implantar uma pequena empresa.

Então, a simplificação, Sr. Presidente, eu acho que é muito importante e, o espírito da lei foi dinamizar a economia e permitir que o cidadão tenha oportunidade de ter uma pequena empresa. Eles não irão sonegar, eles terão todas as obrigações como qualquer cidadão tem, individualmente. Então, o engenheiro, o médico, o dentista todos irão pagar porque são obrigatoriamente responsáveis por suas declarações. No caso dos engenheiros há, inclusive, uma bitributação. Dos autônomos são recolhidos antecipadamente dos seus projetos o Imposto de Renda, pelas firmas contratantes de projetos, e a taxa é grande. Depois daquela parcela, ele também, ainda quando declarar o seu Imposto de Renda, paga novamente, além do Imposto sobre Serviços que os municípios cobram.

Para terminar, Sr. Presidente, eu queria também ressaltar que o Prefeito de São Paulo, o engenheiro Mário Covas, estabeleceu as microempresas para os Municípios de São Paulo e liberou os profissionais liberais. A mesma coisa fez o nobre Deputado e ilustre colega desta Casa, Maurício Fruct, Prefeito de Curitiba.

De forma que solicito a aprovação dessa nossa emenda supressiva do item 6, do art. 3º.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Sr. Presidente, seria bom que se separassem os destaques porque o Deputado Floriceno Paixão solicita supressão dos incisos V e VI, pelo que entendi. E, nós só pretendemos...

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Nós estamos discutindo o destaque do Deputado Floriceno Paixão.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Mas existem outros pedidos de destaque referentes ao item 6º?

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Então, ele será discutido em seguida, porque...

O SR. ISRAEL PINHEIRO — É preciso explicar ao Deputado Floriceno Paixão: o Ministro Piquet Carneiro explicou por que foi eliminado o problema de câmbio, seguro, publicidade e propaganda, ele explicou muito bem, é porque já tem a legislação específica a respeito do assunto, Deputado. E, o nosso interesse, realmente, é só com o inciso VI.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Então, nós estamos discutindo, apenas, a supressão do inciso VI.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª, se fosse possível, que levasse em consideração a emenda de minha autoria, que suprime a letra e, do inciso V. Eu gostaria de que os nobres colegas desta Comissão analisassem bem esta nossa sugestão, transformada em emenda, porque a nossa emenda trata de suprimir o inciso VI, mas suprimir, também, a letra e, do inciso V, apenas, a letra e. Eu gostaria de contar com a compreensão de nossos companheiros, para essa emenda de nossa autoria.

O SR. — (Fora do Microfone)

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Eu queria lembrar que V. Exª não apresentou o destaque, de tal modo...

O SR. JOSÉ TAVARES — Apresentei sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Aqui?

O SR. JOSÉ TAVARES — Pedi o destaque da minha Emenda nº 29.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — V. Exª tem razão. Estava fora de ordem aqui.

O SR. JOSÉ TAVARES — É evidente que a colocação que o nobre Deputado Israel Pinheiro fez, de que existe uma legislação específica sobre propaganda e publicidade, eu não sei, se o Deputado poderia explicar melhor, porque fica difícil para mim, que sou autor de uma emenda, deixar de defendê-la com base nas colocações...

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Deputado, o Ministro Piquet Carneiro explicou muito bem. Com referência à publicidade, há o problema do Imposto de Renda. É muito difícil o controle. Ele deu uma explicação aqui que foi muito convincente. Há legislação específica a respeito de seguro, corretagem...

O SR. JOSÉ TAVARES — Nisso aí eu não entro, só entro em publicidade e propaganda.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Ele disse que é muito difícil o controle e que podem utilizar a microempresa para sonegação de grandes valores. Foi o que ele falou aqui.

O SR. JOSÉ TAVARES — Eu gostaria de contar com o apoio de V. Exª para a minha emenda, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Eu sou pela rejeição do destaque, em vista de a legislação atual tratar do esquema simplificado de tributação para pessoas físicas. Ademais há perspectiva de grande evasão da receita do Imposto de Renda. A pessoa física geraria sérias barreiras no âmbito do Executivo. Isso foi discutido, discutido com o Executivo e, isso não é aceitável.

Então, pedirei o entendimento dos Srs. para que nós mantivéssemos o exposto no substitutivo do Relator. Sou pela rejeição do destaque.

O SR. RELATOR — Vejam bem, aí eu tenho...

O SR. — Sr. Relator, eu creio que existe uma outra emenda do Deputado José Tavares e para facilitar a questão da votação dos itens 5 e 6, então eu gos-

taria que V. Ex^a colocasse antes, de acordo com o Regimento, o inciso V em votação. Então nós estamos aguardando a palavra do Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Não foi retirado o inciso V?

O SR. — O emitente Relator se referiu ao item 5, quando nós estávamos discutindo o item 6, que é o problema dos profissionais liberais. Eu é que aduzi, também, que além desse aspecto eu apresentei um destaque para a letra e do inciso V, antes do item 6.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Perfeito.

O SR. — Então, de acordo com o Regimento Interno, que foi dito pelo Presidente, se é para seguir o substitutivo do substitutivo, creio que antes deva ser votado o inciso V, para o qual eu peço, então, o parecer do Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Bom, vale salientar aí que, no inciso V, na letra b, nós retiramos as empresas de construção, porque, no projeto original dizia, na alínea b: "compra e venda, loteamento, incorporação, locação, administração de imóveis e construção. Então, nós retiramos "construção". Exatamente. Agora, no meu entendimento, publicidade e propaganda não deveriam entrar, de maneira alguma; eu opto pela rejeição. Acho que alguma categoria terá que ser prejudicada. E, acho que já existe um benefício muito grande na área das microempresas e se for expandir isso para engenheiros, para as empresas de propaganda e publicidade, aí vai ultrapassar o limite estipulado pelo Poder Executivo. Para a publicidade e propaganda eu opto pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Nós vamos colocar em votação. Se eu entendi bem, o Deputado Floriceno Paixão retirou a sua...

O SR. SIEGFRIED HEUSER — Mas fica mantida, a dele porque se refere ao mesmo dispositivo.

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Perfeito.

O SR. SIEGFRIED HEUSER — Nós colocaremos no destaque: supressão da letra e do inciso V, do art. 3º.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Exato, eu acho que o inciso V não deve ser motivo de expansão, dos benefícios que estão sendo dados às microempresas.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Vamos pôr em votação. Esclareço que estamos pondo em votação o item e do art. 5º, destaque do Deputado José Tavares. (Pausa.)

Os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, requeiro votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes), V. Ex^a requer é regimental. Então, vamos proceder à votação nominal.

Então vamos passar à votação nominal. — Estamos votando o destaque do Deputado José Tavares.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Vamos optar pelo voto secreto, Sr. Presidente.

O SR. SIEGFRIED HEUSER — É um treino para o Colégio Eleitoral, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Atenção, nós estamos votando a emenda oferecida pelo Deputado José Tavares, para se manter o item e, que mantém publicidade propaganda dentro da conceituação de microempresa.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Não, é para excluir.

O SR. JOSÉ TAVARES — O que eu quero é que as microempresas de publicidades e propaganda sejam beneficiárias desta lei.

O SR. — Exatamente.

O SR. — É o que ele falou.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — O meu parecer é contrário. Eu acho que elas não devem ser beneficiadas como microempresas.

(Procede-se a votação nominal.)

Votaram com o Relator 9 e 6 com o destaque.

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Passamos, então, à discussão do item 6. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Horácio Ortiz.

O SR. HORÁCIO ORTIZ — Sr. Presidente, quero reiterar, então, esclarecendo, já que houve uma votação anterior, que o que se pretende é que esta lei, que virá indiscutivelmente beneficiar a atividade profissional e o desenvolvimento das pequenas empresas, não discrimine, odiosamente o profissional liberal. São homens que estudam 14 anos, nós temos centenas de universidades que ficarão vazias, se continuar esse desemprego entre os profissionais liberais. Daí, a nossa emenda simples de suprimir o item 6, do art. 3º.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Genebaldo Correia.

O SR. GENEBALDO CORREIA — Sr. Presidente, entendo como inteiramente procedentes esses destaques, porque, na realidade, esse art. 3º, do projeto original e que é também art. 3º do Substitutivo do Relator, não tem nada a ver com a filosofia do Estatuto da Microempresa. Ele é uma cópia exata do art. 2º, do Decreto-lei nº 1.780, de 14 de abril de 1980, que concede isenção do imposto sobre a renda.

Então, esse artigo está aí colocado para atender precauções da máquina fazendária do Governo Federal. Realmente é discriminatório, não se justifica, porque ele foge completamente ao espírito do Estatuto da Microempresa. É uma salvaguarda que aí foi colocada pelo pessoal do Ministério da Fazenda.

De maneira que eu sou inteiramente contra ele e, conseqüentemente, favorável ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Continua em discussão. Com a palavra o Deputado Floriceno Paixão.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, eu faria um apelo ao Relator para reexaminar o seu voto a respeito desse item VI, para ver se nós podemos, de acordo com S. Ex^a, votarmos favoravelmente ao pedido de destaque. Seria o apelo que eu faria, neste instante ao Relator.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Apelo concedido.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Aprovado por unanimidade.

Vamos passar à apreciação da emenda apresentada pelo Deputado José Tavares. Emenda nº 3, caput e §§ 3º e 4º.

O SR. — O caput desse artigo já foi analisado, Sr. Presidente.

O SR. — Sr. Presidente, já foi analisado esse artigo que está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Emenda apresentada pelo Deputado Floriceno Paixão, art. 11, item VI do substitutivo.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Floriceno Paixão.

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Não houve emenda, essa é que é a surpresa. V. Ex^a colocou no substitutivo a isenção do PIS para a microempresa, com o que, sinceramente, eu não posso concordar porque seria discriminar os empregados da microempresa com os demais empregados das outras empresas que não da micro. E, na hora de receber o benefício, eles vão se lembrar de nós, porque nós os estamos excluindo dos benefícios do PIS. Está bem que seja o FINSOCIAL; está bem que seja o IPI e outras coisas. O FINSOCIAL está certo, porque é um fundo que não tem destinação específica, ele é destinado a critério do Presidente da República.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Deputado, talvez o Sr. poderia ler o capítulo 4º, Regime Fiscal, art. 11. Eu tenho aqui uma nova redação:

"Inciso VI: — Contribuições ao Programa de Integração Social, sem prejuízo dos empregados ainda não inscritos."

É o fundo de investimento social.

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Como é o início, por gentileza?

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — "Contribuições ao Programa de Integração Social — PIS — sem prejuízo dos empregados ainda não inscritos."

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Sem prejuízo dos empregados? Não geraria essa redação uma dúvida futura?

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Qual dúvida, porque os que já estão inscritos já têm todos os benefícios.

O SR. — (Fora do microfone)

O SR. RELATOR (Jessé Freire) A microempresa não pagará o PIS, mas o empregado terá o direito. Porque se nós mantivermos o PIS isso vai gerar uma burocracia.

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Então teria que alterar um pouco a redação: "Sem prejuízo do direito dos empregados ainda não inscritos."

O SR. — Está melhor.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Nós aproveitamos a emenda do Senador Roberto Campos e não a modificamos. Mas, poderia, acredito, modificá-la sem prejuízo dos direitos...

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Mas eu acho que devemos deixá-la clara.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — ... Isso não haveria.

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Assegurar aos empregados...

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Sem problemas. Perfeito? Está entendido?

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Então a emenda foi aprovada por unanimidade.

Emenda apresentada pelo Deputado Genebaldo Correia, art. 11, § 1º.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Genebaldo Correia.

O SR. GENEBALDO CORREIA — Sr. Presidente, eu pretendo apenas melhorar um pouco a redação desse dispositivo, para evitar uma repetição: "a isenção a que se refere esse artigo não desobriga a microempresa do recolhimento da parcela relativa aos tributos a que se obriga por lei". Para não ficar desobriga e obriga, eu colocarei não dispensa e não altera nada.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Não dispensa, correto?

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Aprovado por unanimidade.

Emenda nº 94, apresentada pelo Deputado Genebaldo Correia. Com a palavra o Deputado.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Deputado Genebaldo, "não dispensa", e retira o "desobriga".

O SR. GENEBALDO CORREIA — É a emenda referente ao crédito fiscal. Nós entendemos, Sr. Relator, que se não ficar assegurado o direito a quem comprar em mão do microempresário o crédito fiscal, evidente, que tendo de comprar ao microempresário, que não lhe fornece o crédito fiscal e comprar a um pequeno ou médio empresário, que lhe dará o crédito fiscal, é evidente que o comprador vai preferir comprar a quem lhe concede o crédito fiscal, conseqüentemente, haveria uma situação de desigualdade.

O Relator argumenta que o microempresário teria a seu favor o fato de vender o produto mais barato. Ora, se ele vai vender o produto mais barato, porque não vai pagar o imposto, desapareceu o incentivo da dispensa do crédito. Se ele vai vender por um preço menor, correspondente justamente ao tributo, então não houve nenhum benefício. Não sei se ficou bem claro; eu sou comerciante.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Deputado Genebaldo Correia, V. Ex^a me perdoa, mas isso é um puro sofisma, obviamente nós estamos discutindo se a empresa que adquirir do micro ou do médio... V. Ex^a disse muito bem que vai preferir adquirir do médio, porque o médio dá crédito fiscal, e não vai preferir adquirir do micro porque o micro não dá crédito fiscal, mas se o micro tem um preço abaixo, porque não adquirir do micro?

O SR. GENEALDO CORREIA — E se ele é obrigado a ter um preço abaixo, então a isenção deixou de ter a função...

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Não é obrigado a ter, passa a ter em função da economia de mercado. V. Ex^a vai me perdoar, esse argumento não é lógico, porque consegue ser mais barato pela circunstância de estar isento de impostos; agora, o que não pode acontecer é a igualdade de condições do micro se igualar com o médio e o pequeno, aí sim e evidentemente toda a empresa vai comprar do médio e do grande empresário...

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Continua em discussão.

O SR. GENEALDO CORREIA — Eu não concluí, Sr. Presidente, porque eu queria dizer ao nobre Deputado Israel Pinheiro que eu não estou aqui pretendendo sofismar, eu estou pretendendo dar aqui uma colaboração, uma contribuição. Eu acho que é claro que, quando nós estamos aprovando este estatuto, visa dar um incentivo, uma vantagem ao microempresário, um tratamento diferenciado porque ele é micro, em relação ao pequeno e ao médio. Ora, se nós estamos colocando em condições de desigualdade para ele concorrer com o pequeno e médio, esse incentivo se anula, então ele é obrigado a vender mais barato e, conseqüentemente, o incentivo fiscal que ele recebeu desaparece. Isso é lógico, é claro que é lógico, ele só corresponde ao incentivo se ele tiver uma vantagem sobre o pequeno e o médio, e a vantagem é o incentivo fiscal, é a isenção fiscal que foi assegurada. Então, é necessário que esse incentivo funcione na prática que ele tem o direito de fornecer a quem compra, em sua mão, o crédito fiscal, e o Governo assim entende. Agora, o argumento do Governo para não conceder o crédito fiscal é o de que haveria notas frias, possibilidade de fraudes, que é o argumento diferente do que está apresentando o Relator, do que está apresentando o Deputado Israel Pinheiro Filho. Portanto, eu quero sustentar a minha emenda, pedindo o apoio dos companheiros integrantes da Comissão para esse fato, porque, do contrário, a isenção fiscal não terá efeito na prática.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Sr. Presidente, o Deputado Genebaldo já de entender que eu não tenho ponto de vista radical a favor ou contra; eu só fiz um aparte em função do raciocínio, aliás, ouvindo V. Ex^a eu me preocupei e gostaria que o relator me respondesse. Alguns Estados já reclamam dessa legislação da microempresa, dizendo que vão ser prejudicados com a diminuição do ICM, e agora eu pergunto: se desse o crédito da microempresa ao comprador, aí o prejuízo é dobrado, porque é um crédito daquilo que não existe. Eu não estou entendendo bem, como é que pode dar crédito, se o micro não paga imposto, não pode ter crédito, para passar adiante ao segundo comprador, um crédito que nunca foi dado, que não existe, que não houve geração do imposto, eu gostaria que V. Ex^a me explicasse se meu raciocínio...

O SR. GENEALDO CORREIA — Se V. Ex^a me permitisse, eu seria capaz de exemplificar numericamente para...

O SR. ISRAEL PINHEIRO — É um prejuízo duplo para os Estados.

O SR. GENEALDO CORREIA — Se o Deputado Israel Pinheiro me permitisse um aparte?

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Com o maior prazer.

O SR. GENEALDO CORREIA — Digamos que um artesão vai vender um produto por 100 mil cruzeiros, ele teria que pagar o ICM sobre os 100 mil cruzeiros, mas como ele está isento, ele não paga, vai vender ao dono da loja que, por sua vez, vai revender por 150, então o dono da loja vai ter que pagar o imposto sobre o total de 150, uma vez que não foi pago na primeira operação, agora, se o microempresário lhe dá o crédito, ele está isento.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Então, não é dar crédito, precisa mudar a redação, é considerar que existe um crédito, porque na verdade não está dando crédito nenhum: vai pagar imposto sobre a diferença entre a compra da micro e a venda.

O SR. GENEALDO CORREIA — É a nota fiscal de isenção que vai servir de crédito fiscal para a segunda operação.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Agora ficou bem claro, assim eu concordo, acho que está razoável, mas tem que ficar bem claro que seja isso. Se não, pode dar a impressão de que está dando crédito sobre 100 e ainda joga em cima da loja que vai vender o produto final com crédito que não existe.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — No entendimento, eu considero que o benefício da isenção já é suficiente, no entanto, como já disse o Senador Jutahy Magalhães, nós estamos fazendo o que é possível, aquilo que nós esperamos seja aprovado pelo Governo. Então, me parece que essa proposta do Deputado Genebaldo Correia, propondo crédito para as empresas que compre dos microempresários, das microempresas, eu acredito que isso iria dobrar o benefício já existente ao microempresário.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Deputado Jessé Freire, eu pedia apenas que nós tivéssemos aqui, algum técnico para dar uma explicação de ordem técnica para mim, para eu poder fazer um ente do razão. Eu acredito que quando a pessoa compra mercadoria e tem isenção daquela mercadoria, e que a intenção do Deputado Genebaldo Correia é fazer com que haja uma isenção sobre a diferença do preço da segunda para a terceira revenda. Então isso tecnicamente poderia ser explicado. Eu francamente não sei, porque sou um leigo no assunto, como é que funcionaria bem, porque se a microempresa está isenta de apresentar uma série de documentos, como é que se faria essa comprovação fiscal, já da segunda etapa da revenda? Essa comprovação seria necessária para nós termos uma idéia exata de como a microempresa funcionaria. Porque se a microempresa está isenta de ter seus livros contábeis, como é que ela faria essa verificação fiscal, possibilitaria a verificação fiscal da outra empresa, da média empresa? Aí é que eu não entendi bem como é que funcionaria essa questão.

O SR. GENEALDO CORREIA — Eu gostaria de pedir permissão para V. Ex^a para lermos o teor da nossa emenda.

Diz o seguinte:

“Os adquirentes de produtos industrializados por microempresa destinados a empregos em novas operações de industrialização, poderão creditar-se sobre produtos industrializados, em valor equivalente ao isento para abatimento do imposto a pagar na operação subsequente, observada as condições previstas na legislação pertinente”.

A microempresa, apesar de isenta, ela não está desobrigada de emitir a nota fiscal nessa operação.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Desobrigada ela estaria, talvez não tivesse impedida de apresentar.

O SR. GENEALDO CORREIA — Não, não estará desobrigada, porque o produto terá de ser acompanhado

de uma documentação, e não de uma nota fiscal, que ele pagou tributo mas ficou isento do tributo.

O SR. ISRAEL PINHEIRO — Tem que haver, Senador, a nota fiscal, não há possibilidade que a microempresa não tenha a nota fiscal.

O SR. SIEGFRIED HEUSER — Digamos que V. Ex^a, como pequena ou média empresa, adquira de um microempresário determinada mercadoria, digamos que seja sujeito a um imposto 100: o microempresário não recolhe, e V. Ex^a, adquirindo de um pequeno e de um médio empresário o mesmo bem vem pago como imposto de 100; V. Ex^a pode se creditar no ato de sua venda dos 100 pagos pelo pequeno e pelo médio, mas como o microempresário não recolhe, a teor do projeto, V. Ex^a não se pode creditar dos 100, quer dizer estabelecerá uma concorrência desleal, entre o micro, a quem se quer beneficiar e que será aliado em igualdade de condições do mercado, e o pequeno e o médio, de cujo imposto recolhido V. Ex^a se beneficia. Então, V. Ex^a comprará em igualdade de condições, apenas de médios e pequenos, e jamais de microempresários.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — A intenção em si, eu já concordo plenamente, eu acho que estaria justo, agora eu apenas tinha essa dúvida sobre a documentação que se faz necessária.

O SR. SIEGFRIED HEUSER — É pela emissão da nota...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — É obrigatória a emissão da nota para outra empresa?

O SR. ISRAEL PINHEIRO — É claro que é obrigatório.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Aí, Deputado Jessé, eu, francamente, acho que se for obrigatória a emissão da nota, eu acho que seria justo e razoável isentar o segundo comprador daquela primeira tributação da microempresa, eu acho que isso seria razoável, a minha opinião é essa.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Continua em discussão. Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — (Fora do microfone) — Antes da votação eu gostaria de dar uma opinião par dizer que a sugestão do Senador Jutahy Magalhães, que parece razoável, justa e não dá prejuízo nenhum.

O SR. SIEGFRIED HEUSER — Senão nós damos com uma mão e retiramos com outra mão...

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — O Sr. Relator continua mantendo a sua posição?

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Não, eu concordo com o Deputado Genebaldo Correia.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Aprovado por unanimidade.

Destaque relativo à Emenda 109 do Deputado Floriceno Paixão. Artigo 16.

Há uma emenda, também, de nº 111, tratando do mesmo assunto e apresentada pelo Deputado Genebaldo Correia.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Floriceno Paixão.

O SR. FLORICENO PAIXÃO (Fora do microfone) — Eu apresentei essa emenda por solicitação da classe dos contadores que se manifestaram através das suas lideranças sindicais, mais particularmente, das federações e órgãos de cúpula da categoria.

A emenda que eu apresentei tem a seguinte redação: “A microempresa adotará sistema de escrituração contábil e fiscal simplificado e sumarizado, inclusive para fins de enquadramento no regime dessa lei, ficando obrigada a manter arquivada a documentação relativa aos atos negociais ou em que praticar... pelo prazo de dois anos.

A justificação é longa, e não é da minha lara, é dada pelos próprios interessados atingidos por tal medida,

porque afinal, seria retirar dessa categoria, que todos nós reconhecemos como muito válida, no seio das empresas, que é o contador, o técnico de contabilidade, retirar as prerrogativas que já são deferidas por lei. Seria assim como que eliminar ou tirar a possibilidade de eles fazerem a contabilidade, e assim acontecendo, é claro que o problema social vai se agravar, porque serão milhares e milhares de técnicos que ficarão no desemprego, porque nós sabemos que o percentual da microempresa, no contexto geral do empresariado brasileiro é muito elevado.

Nessas condições, Sr. Presidente, para evitar esse problema, suprimindo essas prerrogativas... apresentado não só esses, mas por outros Deputados, e por uma série enorme de membros desta Casa sobre o assunto foram apresentados, muitas com a mesma redação.

Sr. Presidente, faço um apelo ao Sr. Relator e aos membros da Comissão para que reveja o parecer dele nesse artigo, incluindo, obrigatoriamente, a escrita contábil na microempresa. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Continua em discussão. Com a palavra o Deputado Siegfried Heuser.

O SR. SIEGFRIED HEUSER — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, além desses argumentos que o Deputado Floriceno Paixão expôs, com tanto brilhantismo, além desses aspectos particulares, a classe tem enfatizado a responsabilidade que lhe cabe na vida da sociedade brasileira no que respeita ao controle, à manutenção de registro, sobre os quais repousa a vida do País. Eliminar a contabilidade da vida empresarial, por menor que seja a empresa, equivaleria, tenho dito e repetido, à eliminação de todos os registros públicos, nascimentos, óbitos, casamentos, registros de propriedades, enfim, tudo aquilo que regula a vida entre os homens.

O Deputado Floriceno Paixão apresentou um destaque, antes mesmo de termos consubstanciado um entendimento, um acordo, qual seja o de se eliminar do texto da proposição a palavra "exclusivamente". E com isto concordou o eminente Relator. E o eminente Relator ainda se compromete mais, a partir do instante em que aquilo que nós vaticinávamos, que uma precariedade de controle pudesse vir a estabelecer um caos nas relações econômicas, todos nós estaríamos plenamente de acordo em um novo provimento legislativo, que viesse sanar aquelas deficiências, que a implantação do Estatuto da Microempresa viesse ocasionar. De modo que, eu creio que o próprio Deputado Floriceno Paixão, eu mesmo sou autor de uma emenda exatamente nos mesmos termos que foi referida por ele, que é uma emenda da classe. Mas, tenho a impressão de que estaria, plenamente, atendida a reivindicação e as grandes preocupações da classe, se nós mantivéssemos o acordo que firmamos, com o qual o Relator concordou de excluir do art. 15 a referência, ou a palavra "exclusivamente".

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Com a palavra o Deputado Genebaldo Correia.

O SR. GENEBALDO CORREIA — Sr. Presidente, eu acho que os Deputados Floriceno Paixão e Siegfried Heuser já sustentaram as razões que justificaram as suas emendas, que são as mesmas que nos levaram a apresentar a Emenda nº 111. Na realidade o que pretendeu o projeto do Governo foi eliminar a papelada, a burocracia. Se os impostos, os tributos estão isentos, se as microempresas estão isentas dos tributos, consequentemente, deveriam estar isentas da escrituração fiscal. Entretanto, a escrituração contábil simplificada seria recomendável. Entendo que a lei deveria recomendar expressamente essa contabilidade, porque ela é essencial para o próprio microempresário, para o controle do seu negócio. Como disse o Deputado Siegfried Heuser, para a prova em juízo, nas questões com os sócios, nas questões com os empregados, enfim, em diversas oportunidades se haveria de buscar documentação nessa escrituração.

O texto do Relator não deixa isso muito claro. É evidente que ele elimina a contabilidade fiscal, mas não diz se a empresa está obrigada a essa contabilidade simplificada. Por isso, nós defendemos o ponto de vista de que

os termos de nossa Emenda nº 111 pudessem ser aproveitados. Agora, nós nos encontramos diante de uma dificuldade: se colocarmos em votação uma dessas nossas emendas, e se ela for derrotada, é evidente, que vai prevalecer o texto do substitutivo. E nós pretendemos que, pelo menos, o texto do substitutivo seja modificado, nos termos do entendimento do Relator. De maneira que eu gostaria de ouvir a palavra do Relator, para eu poder tomar uma posição na hora da votação.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — De acordo com o entendimento mantido anteriormente, meu caro Deputado Genebaldo Correia, parece que ficou acertado que, através de um acordo, nós retiraríamos a palavra "exclusivamente". No meu entendimento, isso é o que é possível ser feito no momento. A sua emenda pede um tratamento contábil simplificado, na minha opinião, ela deve ser rejeitada nesse aspecto. Então, eu apelo aos Srs. que seja aprovado o acordo que foi feito anteriormente entre os membros desta Comissão, para ser retirada a palavra "exclusivamente" e mantido os demais estabelecidos no substitutivo. Perfeito?

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Os Srs. membros da Comissão...

O SR. FLORICENO PAIXÃO (Fora do microfone) — Em virtude do acordo e mesmo depois do acordo feito, que alguns conterrâneos meus me aduziram argumentos que melhor seria a aprovação da emenda. Mas não sendo possível, como já vi, tentei mas não será possível a aprovação, na íntegra, da emenda de minha autoria e de outros Deputados? Siegfried Heuser, Genebaldo Correia, José Tavares. (...) eu retiro então a minha emenda da discussão para manter o dispositivo colocado pelo Relator com a supressão da palavra "exclusivamente".

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Aprovado por unanimidade.

Emenda apresentada pelo Deputado Genebaldo Correia, art. 24, caput § 2º e 5º Com a palavra o Deputado Genebaldo Correia.

O SR. GENEBALDO CORREIA — O Art. 24? Ele já foi abordado. É "operações" em lugar de "alterações".

O SR. — É sobre esse artigo, não é Sr. Presidente?

O SR. — Art. 24 da Emenda, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Refere-se ao art. 24 do Relator, do substitutivo.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Qual é o número dessa emenda?

O SR. GENEBALDO CORREIA — ... O número da emenda eu não tenho aqui. Ele deve estar aí com o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — O número da Emenda? Não, não está.

O SR. GENEBALDO CORREIA — Então foi pedido destaque para o art. 24 do substitutivo. (Apartes cruzados fora do microfone)

O SR. GENEBALDO CORREIA — Agora, eu proponho no § 5º a substituição da expressão, podendo aumentar o limite fixado no seu caput, eu digo, podendo aumentar os limites fixados em seu caput e no § 2º. Eu vou explicar por que, Sr. Presidente. Porque a proposta de nossa emenda foi no sentido de que o crédito para a microempresa fosse na base de 2% dos depósitos a vista. O Relator preferiu 2% das aplicações. Então, isso pode variar. Se deixarmos a critério do Conselho Monetário a possibilidade de aumentar, seria conveniente.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Está perfeito na minha opinião.

O SR. GENEBALDO CORREIA — Substituir a expressão no § 5º, podendo aumentar os limites fixados em seu caput e no § 2º.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — E 3º também, não é?

O SR. GENEBALDO CORREIA — O § 3º se refere à multa.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Poderia também aumentar.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Aprovado por unanimidade.

O SR. ??? Destaque apresentado pelo Deputado Floriceno Paixão, art. 24 do substitutivo.

— Com a palavra o Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Neste art. 24, pelo menos no fascículo que tenho aqui às mãos, as alterações ou as operações?

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — As operações. Já foi corrigido.

O SR. GENEBALDO CORREIA — Eu ainda gostaria de lembrar ao Relator que a redação do § 2º:

"As instituições financeiras destinarão, no mínimo, 2% do valor total das suas aplicações creditícias a empréstimos" em vez de "em empréstimos".

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Nobre Deputado Floriceno Paixão, com a palavra.

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Apresentei destaque para discutir o art. 24, na sua expressão final, do caput:

"Enquanto as garantias exigidas ficarão restritas à fiança e ao aval."

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Qual é o número da emenda?

O SR. FLORICENO PAIXÃO — É o destaque do substitutivo; não há emenda, porque foi alterado.

O SR. RELATOR (JESSÉ FREIRE) — Perfeito.

O SR. FLORICENO PAIXÃO — A intenção do destaque seria resguardar ao sócio, à microempresa, o direito de eles oferecerem, como garantia, um bem particular, de determinado sócio. E eu não entendi bem a finalidade de se restringir à fiança e ao aval, se foi para facilitar a microempresa, ou se foi para que o sócio ficasse isento dessa responsabilidade.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Não. Foi para facilitar. Para que não fosse exigido mais saldo médio, plano de aplicação, outras coisas mais.

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Isto já está no § 1º. Eu quero saber, por que foi extinto o tipo de garantia oferecida, que seria real, que estava no projeto original. Então seria para beneficiar?

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Foi para beneficiar.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Desde que haja um percentual mínimo obrigatório. Não havendo um percentual mínimo obrigatório, certamente...

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Prejudicaria, mas há um percentual mínimo.

O SR. FLORICENO PAIXÃO — E são somente nas operações até 5.000 ORTN.

O SR. GENEBALDO CORREIA — Está bem, obrigado. Então eu retiro o destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Destaque apresentado pelo Deputado Siegfried Heuser, Art. 28. Com a palavra o Deputado Siegfried Heuser.

O SR. — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. — Sr. Relator, V. Exª poderia proceder à leitura daquela emenda... do art. 28, para que os colegas aqui possam... Apenas alteração de nomenclatura, do capítulo e da...

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Art. 28, que foi modificado. É o capítulo VIII: Dar emissão de crédito tributário.

"Os débitos da microempresas para com a Fazenda Nacional, de natureza tributária, vencidos até a data de vigência desta lei, inscritos ou não, como dívida ativa da União, ajuizados ou não, são considerados extintos, sem prejuízo da aplicação no disposto no art. 25, que são as penalidades."

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Destaque apresentado pelo Deputado Floriceno Paixão. Emenda 163. Não há referência ao artigo aqui.

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Sr. Presidente, a Lei nº 6.939, de 9 de setembro de 1971, em seu art. 17, dispõe:

"As firmas individuais, sociedades mercantis, inclusive sociedades anônimas, que a partir de 1º de janeiro de 1977, não tenham exercido atividade econômica ou comercial, de qualquer espécie, poderão requerer a sua baixa no Registro de Comércio dentro de 180 dias, a contar da data da vigência desta lei, independentemente de prova de quitação com a Fazenda Pública, Estadual ou Municipal."

Mas acontece, Sr. Presidente, que poucos empresários, notadamente, microempresários ficaram conhecendo a existência dessa lei. Então, o prazo transcorreu, de 180 dias, e nada mais estão fazendo do que restabelecer ou convalescer este prazo de 180 dias para os microempresários. As microempresas, comerciais e civis, sairia a sociedade anônima, porque ela está fora do projeto, convalescendo então este prazo de 180 dias. Há grande número de projetos, isso não vai prejudicar, absolutamente nada, nem o erário, nem o fisco, absolutamente nada. É apenas convalescendo um prazo que já foi dado por uma lei, de iniciativa do próprio Poder Executivo, em 1981, inclusive projetos, existem aí, com pareceres favoráveis de várias Comissões.

O SR. GENEALDO CORREIA — Deputado, concede-me um aparte?

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Pois não.

O SR. GENEALDO CORREIA — Eu gostaria de saber se essas empresas estariam enquadradas como microempresas. Se elas estariam com seu valor...

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Eu gostaria, e acabei de dizer, eu falei em firmas individuais, sociedades comerciais e civis. Eu transcrevi, exatamente, a lei existente. Mas aqui, no caso, nós poderíamos até, se for aceita a emenda, modificar só a parte inicial:

"As microempresas, conceituadas como tal na presente lei, que a partir de 1º de janeiro de 1981, não tenham exercido atividade econômica comercial, poderão tal..."

O SR. GENEALDO CORREIA — Nesse caso, com essa alteração eu até concordo. Mas, do contrário, seria tratar-se de uma matéria estranha no Estatuto de Microempresa, e beneficiar empresas médias, pequenas e grandes. Então, dentro do limite de microempresa...

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Com a palavra o Deputado Siegfried Heuser.

O SR. SIEGFRIED HEUSER — Nada inova, apenas renova uma condição já dada restrita à microempresa, e não indiscriminadamente como pretendia a emenda:

"Firmas individuais e sociedades comerciais civis, inclusive sociedades anônimas."

Então o autor quer que se renove essa condição da baixa na Junta Comercial para as microempresas.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Eu acho que não há dificuldade nenhuma. A dificuldade aí é um acrescentar-se um novo artigo, apenas com essa modificação da microempresa. Então, aqui, ao invés de firmas individuais, sociedades comerciais, coloca-se microempresa, que a partir de 1º de janeiro de 1981...

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Aprovado por unanimidade.

Destaque oferecido pelo Deputado Genebaldo Correia, nº 167.

O SR. GENEALDO CORREIA — Sr. Presidente, trata-se de uma emenda de autoria do Senador Roberto

Campos, que eu considero importante que seja apreciada. Quando aqui esteve o Presidente da Associação Comercial, ele fez referência a uma pesquisa realizada em São Paulo, que indicava que 80% das empresas tinham zero empregados. Todo mundo sabe que isso não é verdadeiro. Empregados elas os têm — apenas não são registrados. Dentro da filosofia do projeto, que é tratado desigualmente os desiguais, e considerando a discussão da política salarial, que oferece como alternativa a livre negociação e nós sabemos que não podemos adotar, de um modo geral, a livre negociação porque não temos sindicatos suficientemente preparados para esse embate com os empresários mas, considerando que, a nível da microempresa — esses empregados, geralmente, são familiares — são pessoas muito próximas do microempresário, são pessoas que vivem, praticamente, de forma solidária, acho que seria interessante que se fizesse uma experiência nesse nível de microempresa. Teria dois objetivos: o primeiro seria o de que facilitaria que o empregado e o empregador estabelecessem a forma de remuneração — se é por produção ou por participação naquele trabalho simples e, de outra forma, seria uma experiência para a própria política mais geral — a política salarial.

O SR. FLORICENO PAIXÃO — Sr. Presidente, sou radicalmente contra a Emenda de autoria do nobre Senador Roberto Campos porque não se pode fazer discriminação com relação ao direito de livre negociação entre empregados de microempresas e empregados que não são da microempresa. Entendo que deve estar como está, hoje, na CLT e todos os empregados tenham o direito assegurado nos dissídios coletivos homologados pela Justiça do Trabalho. Eu não posso, Sr. Presidente, votar sob pena de ser censurado, amanhã, pelas lideranças sindicais deste País que são todas frontalmente contra esse dispositivo. Meu voto é totalmente contrário, e até lamento a iniciativa do nobre Relator não acolhendo essa emenda. S. Exª deve ter tido razões suficientes para não fazê-lo. Será nesta conformidade, Sr. Presidente, muito embora todas as razões do meu eminente, afetuoso colega e amigo, Deputado Genebaldo Correia. Não posso atender. De sua consciência, atendemos aos apelos dos trabalhadores, através de suas lideranças sindicais, e aprovar uma emenda altamente discriminatória como esta, que é de autoria do nobre Senador Roberto Campos, não por se tratar do nobre Senador Roberto Campos, contra o qual tenho muitas restrições não a S. Exª mas ao seu trabalho no passado e, talvez, até no presente na questão da Informática. Inclusive, nós acolhemos uma outra emenda de S. Exª mas não é em razão da autoria. É porque é unânime a classe trabalhadora em rejeitar essa emenda. Fico, então, neste caso, pela primeira vez, como o nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Com a palavra o nobre Deputado Siegfried Heuser.

O SR. SIEGFRIED HEUSER — O Estatuto da Microempresa, implantado, nas suas repercussões, no campo meramente fiscal e administrativo, os favores previdenciários, fiscais que se lhe defere, se constitui numa experiência nova. Nós, em verdade, detemos apenas na análise de alguns aspectos os mais importantes que, no acaudamento que nos é exigido para apreciar a matéria, ocuparam a prioridade das nossas preocupações. Nas relações de trabalho, praticamente nada se fez, tampouco em registros e outras vantagens que se concede à microempresa e que pode ser em detrimento do trabalhador. Nessas condições, Sr. Presidente, sendo quase que, em princípio, contra a livre negociação, que poderá virar no ABC de São Paulo e em muito poucos centros deste País, e considerando que o roteiro ideológico que tem servido de trilha ao eminente Senador Roberto Campos, nitidamente, nos extremos de um liberalismo econômico, considerando esse aspecto, e quase que com o coração sangrando, eu não acompanho o meu eminente colega Genebaldo Correia que, creio, esteja apenas cumprindo com um dever de solidariedade com um ou outro empresário, eis que a sua sensibilidade política está sempre à flor da pele. Com esses esclarecimentos, com essas ressalvas e com essas escusas ao meu eminente colega, lamento não acompanhá-lo neste voto e fico com o Relator.

O SR. GENEALDO CORREIA — Tenho a impressão que foi falado um palavrão mas, na realidade, acho

que não podemos colocar — eu sei e compreendo que esta questão é muito delicada, e a questão é mais de filosofia do que mesmo da análise do fato concreto do empregado da microempresa.

Mas, em relação ao empregado da microempresa, se nós facilitarmos a legislação sobre a política salarial, sobre a Previdência Social, sobre as obrigações trabalhistas, de um modo geral, hoje nós estamos atuando, praticamente, vitoriosos no campo da burocracia e da tributação; deveremos, amanhã, avançar sobre essa área da legislação trabalhista e previdenciária. Deveremos, também, estabelecer critérios diferenciados para as relações do microempresário, geralmente, pessoas muito próximas e que, às vezes, não legaliza a situação do empregado porque não pode se submeter à mesma legislação que é estabelecida para uma grande empresa, a mesma a que ele está submetido. De maneira que compreendo o ponto de vista dos meus colegas, percebo que não há clima sequer para a aprovação da emenda e retiro o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Nós, ainda, temos sobre a Mesa, três destaques oferecidos pelo Sr. Deputado Siqueira Campos que teve que se ausentar. Certamente, não poderão ser apreciados.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, acho que V. Exª deveria apresentar, agora, e colocar imediatamente a votos, se caso ninguém desejar discutir e aprovar ou rejeitar. Mas, se S. Exª apresentou, mesmo não estando presente a defender o seu destaque, acho que deve ser examinado.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Destaque à Emenda nº 11: "inclua-se o § 3º no art. 2º do projeto:

"As empresas que exercem atividades agropecuárias, desde que se enquadrem nos limites fixados neste artigo, serão, também, consideradas como microempresas."

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Relator, estou surpreso quando vejo muitas razões favoráveis porque tivemos que chamar a atenção porque, muitas vezes que conversamos com o Presidente, nós temos um latifúndio improdutivo e basta colocar qualquer coisa dentro desse latifúndio improdutivo, via microempresa e, então, aí, nós estaremos beneficiando um latifúndio improdutivo. É preciso que tenhamos cuidado com isto porque a política fundiária necessita de uma reformulação total e não criar facilidades àqueles que são latifundiários improdutivos, principalmente.

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — E as propriedades rurais, com menos de 20 hectares, já gozam dos benefícios. Então, voto pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Está rejeitado.

Emenda nº 42. "No art. 3º do projeto é renumerado o seu parágrafo único para § 1º e acrescentado o seguinte § 2º:

"§ 2º Incluem-se no regime desta lei, independentemente do cumprimento das exigências do artigo anterior, as sociedades cooperativas regularmente constituídas."

Emenda nº 159. Acrescente-se o seguinte artigo onde couber, preferencialmente nas discussões gerais, capítulo VIII.

"Artigo: Fica vedada a concessão de incentivos fiscais ou de tratamento creditício, favorecido às empresas industriais de grande porte que se localizem em áreas onde já exista grande concentração industrial.

Parágrafo único. Não se inclui na proibição deste artigo a empresa que se estabelecer no prazo de 20 anos da vigência desta lei, na Região Centro-Oeste."

O SR. RELATOR (Jessé Freire) — Rejeitados.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Aprovado o Substitutivo com os destaques.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — E com os aplausos dos companheiros ao Relator pelo trabalho executado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Peço aos Srs. membros da Comissão que permaneçam, ainda, um instante para assinar os documentos.

Está encerrada a reunião.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3.000
Ano	Cr\$	6.000
Exemplar avulso	Cr\$	50

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3.000
Ano	Cr\$	6.000
Exemplar avulso	Cr\$	50

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

SEGURANÇA NACIONAL

Lei nº 7.170, de 14-12-83

- Texto da Lei com minucioso índice temático
- Quadro comparativo (Lei nº 7.170/83 — Lei nº 6.620/78)
- Notas
- Histórico (tramitação legislativa) da Lei nº 7.170/83
- Subsídios para a elaboração da Lei nº 7.170/83

Edição k 1984
Preço = Cr\$ 10.000,

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Senado Federal — 22º andar).

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Atende-se também pelo reembolso postal.

CEP: 70160

CÓDIGO DE MENORES

(2ª edição - 1984)

Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, tramitação legislativa e comparação com a legislação anterior; anotações (legislação, pareceres, comentários) e outras informações.

532 páginas — Cr\$ 20.000

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal (CEP 70160 — Brasília-DF), ou através de encomenda mediante vale postal ou cheque visado.

Atende-se também pelo reembolso postal

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO

(4ª edição)

Texto constitucional vigente (incluindo a Emenda Constitucional nº 22/82) comparado à Constituição promulgada em 1967 e à Carta de 1946.

152 notas explicativas, contendo os textos dos Atos Institucionais e das Emendas à Constituição de 1946.

Índice temático do texto constitucional vigente.

(Emendas Constitucionais

nºs 23 e 24, de 1983,

em separata)

Preço: Cr\$ 5.000,

380 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(formato bolso)

(9ª edição — março de 1984)

(reimpressão)

Texto consolidado da Constituição do Brasil, de 24-1-67, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17-10-69, e as alterações feitas pelas Emendas Constitucionais nºs 2/73 a 24/83.

128 notas explicativas, com as redações originais dos dispositivos alterados.

Minucioso índice temático.

Preço:

Cr\$ 4.000

400 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(4ª edição — 1982)

Leis e Instruções que regulam as eleições de 1982

Textos atualizados, consolidados, anotados e indexados:

- Código Eleitoral
- Lei Orgânica dos Partidos Políticos
- Lei das Inelegibilidades
- Lei de Transporte e Alimentação
- Lei das Sublegendas

Legislação alteradora e correlata.

Instruções do Tribunal Superior Eleitoral.

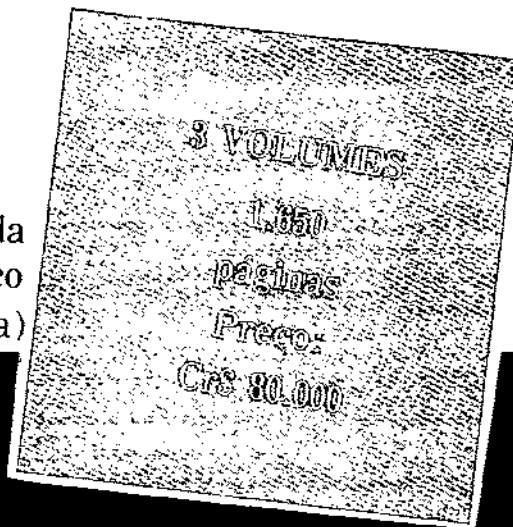
(com Suplemento de atualização — 1984)

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas
— Senado Federal (22º andar do Anexo I) —
Brasília, DF — CEP 70160, ou mediante vale postal
ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal).
Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Preço: Cr\$ 5.000

LEIS COMPLEMENTARES À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Legislação citada
Histórico
(tramitação legislativa)



Textos das Leis
Complementares
Nºs 1, de 1967, a 48, de 1984

A venda na
Subsecretária de Edições Técnicas
Senado Federal
Anexo I — 22º andar
Praça dos Três Poderes
70.160 — Brasília — DF

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque visado nominal
à Subsecretaria de Edições Técnicas ou de vale postal da EBCT.
Atendemos, também, pelo sistema de reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00